



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 14/13-17
SESSÃO ORDINÁRIA
2015/12/11

A presente ATA
foi aprovada com
29 votos - fav
6 Abstenções

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Edifício do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Paulo Nuno Loureiro Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído por Clemente Gonçalves Pires.
- Manuel Carlos Falcão Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, substituída por Pedro Ramalhosa.
- Manuel Pereira Amial, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Rosa Maria Gonçalves Santos, onde se fez substituir por Plácido Martins Coelho.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de setembro 2015;
- c) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016;
- d) – Mapa de pessoal para 2016;
- e) – Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2015;
- f) – Participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2016;
- g) – Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP);
- h) – Contração de um Empréstimo a Curto Prazo até ao montante de Um Milhão de Euros;
- i) – Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal;
- j) – Alteração aos artigos 6.º, 10.º e 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM);
- k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares;
- l) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares;
- m) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares;



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

- n) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares;
- o) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares;
- p) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares;
- q) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João) - Transportes Escolares;
- r) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros- Transportes Escolares;
- s) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico;
- t) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar;
- u) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem;
- v) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem;
- w) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família;



Assembleia Municipal de Caminha

- x) Rede de Saneamento de Vilar de Mouros - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento;
- y) – Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento;
- z) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua da Antiga Escola, Av.^a Dr. Dantas Carneiro e nas Estradas de Acesso ao Cemitério Paroquial de Moledo na União de Freguesias de Moledo/Cristelo.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Luiz Carlos Quarteu**, saudou todos os presentes e disse que exerce a sua atividade profissional na Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira, entre várias coisas desenvolve o projeto Parlamento Jovem, e é por causa de esse projeto que ali está.

Disse o Senhor Luiz Quarteu que há dois anos atrás o tema proposto para o secundário era a crise demográfica (desertificação, natalidade), e foi proposto por eles entre outras medidas a alteração da atual Lei das Finanças Locais do artigo 32.º onde prevê que 65% do fundo geral municipal seja atribuída em função do número de habitantes de cada município, entendeu-se na altura que este critério favorece a desertificação do país, uma vez que canalizando mais investimento para os grandes centros que tem maior número de habitantes, cria mais condições para que haja maior migração para esses locais. Esta proposta despertou interesse por parte da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, onde foram desafiados a fazer mais sobre a mesma, então decidiram fazer uma petição pública, onde se propõe a alteração de este artigo em particular, trabalharam em conjunto com o departamento de geografia da Universidade do Minho e chegaram à atual proposta



Assembleia Municipal de Caminha

que agora se encontra em poder de todos os deputados. Entendeu-se que estava na hora de perguntar aos autarcas de todos os Concelhos do Distrito de Viana do Castelo, se estão de acordo com esta medida e se estão interessados em acrescentar mais alguma medida que permita valorizar a proposta. Pelo que, fica lançado o desafio, uma vez que a proposta que se está a apresentar vai permitir que sejam distribuídos os dinheiros canalizados do fundo geral municipal de uma forma mais justa e equilibrada, uma vez que, não se pretende com ela aumentar a despesa do estado, sendo que, o nosso distrito padece dos mesmos problemas que outros do interior no que diz respeito a desertificação. Pretendesse diminuir de 65% para 60%, incluir 5% com o índice de envelhecimento e aumentar o índice de poder de compra.

Por fim, o Senhor Luiz Quarteu, agradeceu a colaboração à proposta que apresentou.

A **Senhora Renata Monteiro**, saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção:

“Como alguns dos presentes saberão, dediquei a minha Tese de Mestrado a um Património Caminhense único e singular, as Meias-Casas de Pescadores de Caminha.

Nas Assembleias Municipais, reflexo da expressão democrática, ouvem-se usualmente queixas, chamadas de atenção, réplicas e até alguns ‘puxões de orelhas’ ao executivo camarário ou a alguns membros dos órgãos municipais. Permitam-me hoje fugir a esta linha.

Hoje, outros motivos me trazem cá. O agradecimento é um deles!

Deixem-me contar-vos que, durante todo o processo de elaboração da Tese, passei meses na Biblioteca Municipal de Caminha.

Fui sempre bem-recebida, bem informada, foi-me fornecido todo o material de que senti necessidade. Encontrei funcionárias que, para além das funções que lhes compete, se disponibilizaram até a fazer sugestões do que achavam ser interessante e útil.



Assembleia Municipal de Caminha

Foram companheiras nos dias de trabalho mais árduo; nunca chegarão a saber como o “Bom dia!” ou o “Amanhã outra vez, colega?!” me ajudou.

Foram apreciadoras do que lhes mostrava e, no final, até fãs, desafiando-me a expor o trabalho para além da prateleira de livros.

À Paula, à Sofia, à Alda e à Rita, o meu obrigado!

Passei semanas no Arquivo Municipal de Caminha, sempre acompanhada de 3 simpáticas senhoras que tinham, quando chegava, um documento novo para eu consultar, uma questão diferente a colocar, um piscar de olho compreensivo quando a vista não aguentava mais letrinhas e fólios antigos. Viciaram-me em pesquisa de Arquivo, tornaram-me melhor investigadora, levaram a Dissertação a outro nível.

À Dra. Catarina, à D. Goreti e à D. Deusa, estou imensamente grata!

Sei que os agradecimentos e os votos de louvor que deixo não são oficiais ou daqueles que mudam carreiras. Mas, tinham que ser deixados, e da forma mais pública que me fosse possível!

No final do trabalho, como vos contei, fui desafiada a apresentá-lo publicamente na Vila de Caminha. Quando expus a proposta ao Município, foi para mim uma grande satisfação que a ideia fosse tão bem-recebida, empolgada, explorada até! Superou todas as expectativas.

Assim, ao Dr. João Pinto, pelo interesse sincero que senti na Meia-Casa; pela curiosidade, por ter levado o evento à proporção que atingiu! Pela paciência, também, mesmo quando fui mais maçadora.

À Direção e funcionários da ETAP, em especial à D. Miguita, por terem colocado o espaço e tudo o que foi necessário à disposição, pela disponibilidade!

Ao Sr. Presidente da Junta de Caminha, por ter estado e estar presente em todo o processo, em toda esta caminhada; porque ter alguém que aprecia tanto este património Caminhense é uma enorme mais-valia; por ter querido mostrar sempre que o estudo era mais importante e útil do que eu própria acreditava, pela vontade sincera de acompanhar cada detalhe. Por ter notado que me diverti e o quanto me agradou fazer esta Dissertação. Sentir que alguém nos segue é meio avanço.



Assembleia Municipal de Caminha

Repito-lhe: "Ainda vamos fazer grandes coisas pelas Meias Casas de Caminha!"

Agora, ao Sr. Presidente da Câmara, pelo ânimo que me transmitiu, pelas palavras de felicitação e de gratidão pelo trabalho que desenvolvi em prol da vila de Caminha. Por um certo orgulho bairrista que senti e que se tornou recompensa.

Recentemente, o Gabinete de Comunicação do Município possibilitou que a Meia-Casa tivesse direito a uma exposição televisiva, dando-a a conhecer fora de Caminha, apresentando-a como esta é, única e sem semelhante.

Antes disso, já a Comunicação Social Local, com a exceção do Jornal "O Caminhense", havia divulgado e recordado aos caminhenses as Meias-Casas, como estas são parte da história e identidade de Caminha, um património da comunidade piscatória a conhecer e a salvaguardar. Tiveram sempre um bocadinho para referir o meu papel nessa missão, a eles o meu obrigada também!

Não poderia deixar de fazer uma breve referência às pessoas da Rua, da Vila e a todos os outros que colaboraram com o seu saber e por me terem possibilitado a visita às Meias-Casas e longas conversas de histórias e memórias Caminhenses.

Apesar de a esses ter já agradecido pessoalmente por várias vezes, a eles devo o verdadeiro contributo para o resultado do trabalho realizado.

A Meia-Casa de Pescadores de Caminha é verdadeiramente um Património Cultural por excelência e uma mais-valia para a Cultura e Turismo Caminhense.

Caminha sempre viveu a sua história de mão dada com a história dos pescadores. A vila como ela é, existe apenas pela própria existência de um assentamento da comunidade mareante por estas terras do Norte de Portugal.

O Património Piscatório ou Marítimo representa um nicho nas questões do Património que vem ganhando peso e importância pouco a pouco. Por outro lado, poucas localidades piscatórias terão um reflexo construído da sua comunidade piscatória tão singular e especial como Caminha através da Meia-Casa.

Como é altura de Natal, e a época puxa a que se façam pedidos, deixo ao Município o meu!



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Que Caminha não perca esta oportunidade de ser pioneira no que toca à forma de atuar e proteger este património piscatório 'nosso'.

Seríamos reconhecidos por isso e preservariamos algo tão Caminhense como a Meia Casa, mas também a identidade da Rua em comparação com a da Vila, que nos torna, ou tornou diferentes de outras localidades.

Na próxima sexta-feira (por esta altura espero já não estar nervosa), estarei, a convite do Colégio de Arquitetos da Catalunha, nas Jornadas de Património, em Barcelona.

Vou levar a Meia-Casa, Caminha e o seu rico património ao outro lado da Península.

Faço-o com um prazer imenso!

Esta imagem de Caminha levada lá fora, esta questão das riquezas caminhenses, faz-me lembrar de uma outra questão.

Nos últimos tempos Caminha tem sido palco de uma série de demonstrações de bons trabalhos e de grandes talentos jovens que se projetam fora da nossa localidade.

Reparem nas ilustrações da Joana Nogueira que estiveram inclusive no ComiCon, nas Fotografias do Luís Valadares com seguidores e apreciadores um pouco de todo o lado, no trabalho do Nuno Malheiro sobre o património Vilar Mourense, nas tatuagens do Pedro Guardão, internacionalmente reconhecido, entre outros, e perdoem-me os que não referi, mas tentava apenas exemplificar, são muitos!

Nesta juventude farta de engenho e aptidões reside a verdadeira riqueza Caminhense, algumas hipóteses de futuro com interesse e relevância!

Que Caminha não seja apenas um local onde surge talento e bom trabalho jovem, mas sim um local onde estes são bem explorados, dinamizados e desafiados a ficar, para desenvolvimento e engrandecimento da nossa vila!

Afinal, de Caminha, só há muitas coisas boas para se dizer, e para divulgar!

Muito obrigada a todos e, já que a quadra pede, a todos, da Vila, da Rua, com Meia Casa ou Casa Inteira, votos de um Feliz Natal e um muito Próspero Ano Novo!"



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que há uma dúvida referente à condução dos trabalhos e tem as ver com o teor das intervenções, que foram muito elucidativas e mesmo até agradáveis de ouvir. Disse o Senhor Deputado que na verdade o período de intervenção do público tem cabimento regimental, para cidadãos interessados em intervir para solicitarem esclarecimentos, pelo que, deveriam ser nesse sentido, que as intervenções do público passassem a ser realizadas. Não deixou de agradecer e de reconhecer o teor e o valor daquilo que ali foi dito, mas que, para as próximas assembleias houvesse mais cuidado em cumprir aquilo que o regimento estipula e legisla.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que apenas sabe o assunto daquilo que os intervenientes vão apresentar e não o teor da sua intervenção.

O **Senhor Presidente da Câmara** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social e em resposta ao exposto disse que vai prestar um esclarecimento àquilo que foi solicitado à Câmara Municipal. Disse o Senhor Presidente que quanto à primeira intervenção relativamente à assinatura de uma petição, que só está a tomar conhecimento sobre o assunto no momento, tratando-se de uma matéria que não se conhece bem, há um pormenor trabalhado nesta petição de alteração das finanças locais que é de competência da Assembleia da República. Mesmo assim, vai haver o cuidado de avaliar o escrito que foi ali apresentado e entregue, e se estiverem de acordo com aquilo que é o pensamento de todos, dar-se-á conta da posição do Município sobre este assunto.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à intervenção da Arquiteta Renata Monteiro, disse o Senhor Presidente que agradece todas as palavras que dirigiu às pessoas, que não ele, que merecem essa saudação. Disse ainda o Senhor Presidente que o desafio que apresentou à Autarquia é importante e deve-se valorizar os nossos talentos e aquilo que temos de melhor, e pensa que na valia humana dos nossos profissionais jovens e daqueles que querem prestar um papel junto da comunidade, que se tem aqui a sustentação de um projeto futuro para o Concelho de Caminha. O Senhor Presidente agradeceu o trabalho que fez e que apresentou uma vez que teve a oportunidade de o ver, disse ainda que se está a trabalhar na divulgação das meias casas do nosso Concelho. Por fim o Senhor Presidente desejou à Renata as maiores felicidades para a conferência que terá em Barcelona, juntamente com a sua colega de A Guarda, onde vão representar algo que é património do nosso estuário, é uma das fórmulas que se pode agarrar a nossa candidatura a Paisagem Natural da Unesco. Disse ainda que o Município está na disponibilidade de continuar a trabalhar quer à preservação e valorização do património das meias casas, desafiando-a a trabalhar para o próximo dia dos monumentos nacionais, para se possam valorizar num Concelho que possui obras de arquitetura dos melhores arquitetos do mundo e valorizar mesmo aqueles que do nada conseguiram encontrar uma solução para poderem viver com o mínimo de condições e de dignidade que são aquelas das meias casas, e que se tem que preservar antes que acabem e que correm sério risco de acabar se não se inverter.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- E-mail do Prof. Luiz Carlos Quarteu - Coordenador de Projetos do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, a dar conhecimento que pretende avançar



Assembleia Municipal de Caminha

com uma petição pública, propondo a alteração da atual lei das finanças locais, particularmente os critérios de atribuição do Fundo Geral Municipal, pretende associar todos os municípios da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho à esta petição pública.

- E-mail do Senhor Deputado Jorge Fão a dar conhecimento do envio de um pequeno artigo de opinião que divulgou e com o qual também encerra a sua atividade de Deputado eleito pelo círculo de Viana do Castelo.
- E-mail apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da resposta dada pelo Sr. Ministro da Saúde à pergunta anteriormente colocada pela Sra. Deputada Carla Cruz, sobre a Abertura da Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço, no distrito de Viana do Castelo.
- Ofício do Gabinete do Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Caminha a dar conhecimento que decidiram dar início ao procedimento entre o Concelho de La Guardia e o Município de Caminha da candidatura do estuário do Rio Minho a Paisagem Cultural da Unesco.
- E-mail apresentado pelo SINTAP a dar conhecimento da "Resolução " aprovada em reunião de trabalhadores do Município de Caminha, para a necessidade de dialogo e respostas por parte da Câmara Municipal de Caminha.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e disse o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

“Excelentíssimo. Sr. Presidente da Assembleia, permita-me que lhe agradeça, em nome de todos os Ancorenses, por mais uma vez realizar a última Assembleia Municipal na Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Deixando-nos orgulhosos pela escolha, desejamos desde já, que esta Assembleia se paute pelo ambiente acolhedor e harmonioso que todos esperamos ter com a proximidade da Quadra Natalícia.

Como Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e hoje vosso anfitrião, não posso deixar de, em nome do executivo que aqui represento, dar-vos a todos as Boas Vindas.

Sejam bem-vindos a Vila Praia de Ancora!

O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e disse o seguinte:

“Quero começar a minha intervenção por saudar o Vale do Âncora, em geral, e Vila Praia Âncora, em particular. Saudar a sua população, gente de trabalho árduo, de amor à sua Terra, de sentimento Republicano e profundas raízes Democráticas.

A junta que tenho a honra de presidir tem desde a primeira hora posto o enfoque da sua ação na problemática da pesca na vila de Caminha.

Esta atividade é identitária dos caminhenses, faz parte no nosso âmago e acompanha indelevelmente a nossa história. Só por esta razão já teria de ter um lugar de destaque na nossa ação. No entanto, ela não se desenvolveu apenas no passado, no presente é muito importante para a nossa economia, tanto pelos postos de trabalho que gera como pelo produto de excelência que nos fornece. Esta atividade ganhou importância acrescida numa época de crise económica, uma vez que possibilita o sustento de muitas famílias que perderam o seu ganha pão noutras atividades. Assim, a Junta de Freguesia considera incompreensível que os pescadores de Caminha não tenham condições para a prática da sua atividade: canal de navegação está assoreado, o cais da rua é manifestamente exíguo para



Assembleia Municipal de Caminha

guardar as artes de pesca, não existe uma lota. Enfim, uma situação que não corresponde em nada ao contributo que os rendimentos dos nossos pescadores dão aos cofres do estado. Por isso, temos de alterar esta situação de enorme injustiça que a prolongar-se vai levar ao abandono desta atividade.

No entanto, estou otimista uma vez que existem sinais de esperança: não me esqueço da ação que este Executivo Camarário tem feito, a título de exemplo lembro o arranjo do pontão da foz do Minho, a colocação das escadas para os pescadores na marginal e a alteração do cais da rua no projeto Polis, indo de encontro às aspirações dos pescadores. Poderá pensar-se que foi pouco mas representa muito mais do que foi feito por quem durante muito mais tempo exerceu o poder na Câmara Municipal de Caminha.

Outro sinal de esperança advém da Associação de Pescadores de Caminha, que imbuídos de grande dinamismo tem mostrado grande vontade de encontrar soluções para a resolução dos seus problemas. A Junta de Freguesia apoia a sua ação e fruto desta cooperação em conjunto com a Câmara Municipal, realizámos uma reunião com o Diretor do Norte da Agência Portuguesa do Ambiente, Dr. Pimenta Machado, na qual foram abordados os principais problemas da pesca em Caminha.

Igualmente, constitui para nós uma grande esperança a ação deste recém-empossado governo. Tenho a plena convicção que Caminha terá uma atenção muito maior de um governo que está preocupado em relançar a economia, do que aquela que teve de um governo que apenas se preocupou em instaurar um sacrifício enorme aos portugueses, que descobriram agora, apesar dos cortes, que afinal as contas públicas não melhoraram. Essa receita não trouxe benefícios para o país e muito menos para o concelho de Caminha.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A reabilitação do mercado é muito importante para a economia do concelho de Caminha. O mercado esteve demasiados anos abandonado, a situação a que chegou é fruto de longos anos de ausência de investimento sério. Vi com tristeza essa decadência. Vejo hoje a construção de um plano credível de revitalização



Assembleia Municipal de Caminha

desse espaço que pela sua localização e pelos produtos que vende terá sempre uma enorme transcendência. Por isso, Senhor Presidente de Câmara, só o facto de ter a coragem e a vontade, de cumprindo o compromisso que ambos fizemos à população, já merece o nosso aplauso.

No entanto, esta intervenção tem um carater inovador e de enorme importância para o exercício da democracia. Dar a possibilidade de todas as pessoas maiores de dezasseis anos de escolherem a proposta que será implementada representa aquilo que consideramos essencial no exercício do poder autárquico. É a transparência em estado puro, estamos a devolver o poder que recebemos da população, estamos dessa forma a responsabilizar os votantes, mas transmitimos-lhes igualmente a responsabilidade de quem tem de decidir. Assim se aprofunda a democracia. Lembro, ainda, que este processo corre em paralelo com outro exercício de cidadania: o orçamento participativo.

Estas ações constituem uma nova forma de encarar o poder. É um novo paradigma para o nosso concelho que esteve demasiados anos habituado ao centralismo, em que as decisões eram tomadas por seres ungidos de sabedoria, que conviviam mal com a partilha do poder.

Estamos na época de Natal. Época importante para as famílias pelos valores que transmite, mas igualmente importante para a nossa economia que muito se baseia na atividade comercial. É por isso que não posso terminar a minha intervenção sem agradecer aos comerciantes da vila de Caminha a clarividência que manifestaram com a instalação das luzes de Natal. A vossa ação constitui uma enorme demonstração de realismo de vontade de superar as dificuldades. Como Presidente de Junta de Caminha e Vilarelho só temos que dar por bem empregue o trabalho que tivemos em ajudar a organizar esse processo. O investimento dos comerciantes, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia contribuiu para sublimar a beleza da bela marinheira que é Caminha.

Desejo a todos um bom Natal e um próspero Ano Novo.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, saudou todos os presentes, e disse o seguinte:

"Nesta época natalícia não poderíamos deixar de levantar duas questões, que nos têm trazido algumas preocupações, e que dizem respeito diretamente com os comerciantes do nosso concelho.

A forma como o Sr. Presidente, e todo o executivo, têm tratado os comerciantes é no mínimo deplorável.

Há dinheiro para tudo o que são espetáculos de grande porte, mas para a iluminação de Natal não há dinheiro, para isso têm os nossos comerciantes que pagar, e assim financiar a Câmara, naquela que deveria ser uma das suas funções. O caos foi instalado de tal forma, que o Sr. Presidente solicitou aos presidentes da junta de freguesia de Vila Praia de Âncora e Caminha para fazerem o papel de "diabos", indo pedir aos comerciantes para pagarem a sua própria iluminação.

Os presidentes de Junta não precisavam de se sujeitar a isso, até porque esta é uma responsabilidade do Dr. Miguel Alves e do seu executivo.

Vila Praia de Âncora, a linda terra onde nos encontramos hoje, não teve direito a iluminação de Natal, porque não se conseguiu chegar a um entendimento.

E de quem é a culpa?

Dos comerciantes? Não, Sr. Presidente.

Do Presidente de Junta? Não Sr. Presidente.

Esperem lá, com um bocadinho de jeito, a culpa ainda vai ser do anterior executivo...

Não meus caros, essa também não cola, porque o anterior executivo sempre colocou a iluminação de Natal sem pedir dinheiro aos comerciantes.

Sr. Presidente, a culpa e responsabilidade, da falta de brilho no Natal de Vila Praia de Âncora, é total e inteiramente sua, porque usou o dinheiro que poderia ter sido aplicado nesta iluminação, noutras suas prioridades.

Uma outra questão prende-se com o mercado de Natal, e que acaba por se relacionar com a anterior, uma vez que, o Sr. Presidente diz que não tem dinheiro, obriga os comerciantes a pagarem a iluminação de Natal, mas isenta de taxas a



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

empresas privadas, abdicando assim de receita que poderia servir para colocar a dita iluminação.

O seu executivo isentou de taxas de ocupação da via pública, em cerca de 19 mil euros, a uma empresa privada que vem diretamente concorrer com o já fragilizado comércio tradicional.

Para além de não revelar uma posição de força em defesa dos nossos comerciantes, volta, mais uma vez, a ficar refém da sua necessidade de querer agradar a alguns "interesses", e solícita à empresa de eventos que irá realizar o mercado de Natal, para que faça uma recolha de assinaturas que valide a realização do evento, de forma a escudar-se nesse argumento falacioso, no caso de alguém o contrariar nesta sua opção.

Sabemos como é que essa recolha foi feita, e que na base da amizade, alguns assinaram.

O que irá acontecer na freguesia de Caminha é que os comerciantes irão ter um mercado de Natal a concorrer com as suas próprias lojas, exatamente nas datas em que mais se vende no Concelho.

Os comerciantes ficaram a saber à posteriori que teriam de pagar 250 euros para o aluguer do espaço neste mercado.

Difícilmente um comerciante consegue pagar o aluguer do espaço, manter a sua própria loja aberta e ainda pagar a colaboradores para irem ao dito mercado, porque será impossível estarem, presencialmente, em dois espaços em simultâneo.

Sr. Presidente, ainda bem que o Pai Natal não se guia pelas luzes, senão, haveria muitos caminhenses que não teriam prendas.

Ainda assim, mesmo sem o brilho de Natal que todos gostaríamos de ter, os meus sinceros desejos de festas felizes para todos."

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Antonio Manuel Alves Moreira Brás, saudou todos os presentes e disse o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

"Em primeiro lugar queria demonstrar a minha satisfação por esta reunião da Assembleia Municipal se estar a desenvolver no Vale do Âncora.

A esta Assembleia gostaria de dizer, que, embora julgue, que muito falta fazer em Âncora, aos diversos níveis, a verdade é que começam a surgir obras estruturantes na minha Freguesia, entre outras, a Rede de Gás Natural.

Nesta fase, queria felicitar o executivo camarário pelo seu empenhamento, para que amanhã possamos inaugurar uma obra tão importante como é a sustentação da Duna dos Caldeirões, que é comum às Freguesias de Âncora e Vila Praia de Âncora e ainda todo o tratamento que foi dado à zona envolvente, inclusive a margem esquerda do Rio Âncora.

Gostaria também de aproveitar para saudar o senhor Vereador Rui Fernandes que agora integra o executivo.

Aproveito ainda para desejar Festas felizes a todos."

O Senhor Deputado Alberto Magalhães, saudou todos os presentes e disse o seguinte:

"As obras de requalificação do cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, tiveram o seu início, e deverão estar concluídas a tempo das Comemorações do Centenário da Associação, janeiro de 2017.

Muito se tem falado sobre as obras que agora se iniciaram. Trata-se de um projeto que é da responsabilidade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia e que tem tido um aproveitamento político do executivo camarário vergonhoso.

No discurso do início destas obras o Senhor Presidente falou como se fosse o promotor e financiador desta obra o que não é verdade porque se estas obras começaram foi devido a um empréstimo feito pela Associação.

Tive o privilégio de pertencer durante quase 20 anos, aos corpos gerentes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora.

Durante estes quase 20 anos passados nesta Associação, as Direções em exercício, viveram também grandes dificuldades materiais e financeiras que se



Assembleia Municipal de Caminha

foram resolvendo dia a dia. As obras do quartel e a situação do cineteatro ocuparam-nos muitas horas. Sempre fomos contando com a ajuda dos amigos da Associação, associados, dos Executivos Camarários e, de muitos Ancorenses radicados no estrangeiro.

Após a renúncia do cargo de Presidente da Direção Dr. Francisco Sampaio e dada a gravidade da situação vivida, solidário com o Senhor Presidente da Direção, demiti-me do cargo de Secretário da Direção. A partir daí a Associação viveu tempos difíceis e instáveis até esta direção ser eleita.

Nestes tempos não vi pessoas com responsabilidades neste concelho, nas Assembleias para darem a cara e ajudarem na resolução dos problemas. Possivelmente serão estas mesmas pessoas, que presentes nessas últimas assembleias ordinárias, se acham capazes de julgar quem lá esteve nos bons e maus momentos.

Sempre a Associação Humanitária teve o apoio do executivo anterior, e refiro como exemplo a verba de 30.000,00 euros entregue aos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, para as obras de reparação do telhado.

Para terminar, reafirmo mais uma vez, que o mérito desta obra nada tem a ver com o atual executivo, mas única e exclusivamente da direção atual da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, que muito tem feito, fruto de uma grande capacidade de trabalho.

Em nome da bancada do Partido Social Democrata, desejo a todos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo 2016."

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou todos mais uma vez, e de seguida deu início à sua intervenção:

"Uma das bandeiras do atual executivo, à qual não será alheia a escolha popular de 2013, prende-se com a ação social, na qual assume preponderância a assistência alimentar a um número significativo de famílias do concelho. À CDU chegam, no entanto, indícios de que não foram levadas a cabo mudanças significativas neste domínio. O município de Caminha acede a géneros alimentares



Assembleia Municipal de Caminha

de duas fontes, o Banco Alimentar e o FEAC, que substitui o Programa de Distribuição Alimentar no atual horizonte 2020 da União Europeia. A verdade é que se existem estas disponibilidades importa questionar o executivo sobre a periodicidade com que promove o acesso das famílias a estes recursos alimentares e de que forma o faz, em particular na defesa da dignidade humana, preservando a identidade dos beneficiários. Estamos certos da sensibilidade social de todos os partidos, mais até na época festiva que atravessamos, mas defendemos os direitos e não a caridade momentânea, tão característica do Natal. Um modelo que se resume a duas ou três entregas anuais, precedidas de convocatória por carta com data e hora de entrega única, levando todas as famílias beneficiárias do concelho à recolha dos alimentos em simultâneo, merece o nosso repúdio. Também seria importante perceber que horário está disponível para que as famílias possam aceder aos serviços de ação social, porque muitas vezes é depois das 17H que este atendimento se torna mais importante.

Queremos, no entanto, deixar claro que do conhecimento que temos há também alguma dificuldade logística, sobretudo no armazenamento, o que pode justificar a necessidade de por vezes se fazerem entregas em tempo record. Mas queremos também afirmar que haverá seguramente soluções que impeçam a assistência às famílias só no Natal ou na Páscoa, que, não deixando de ser importantes, não são datas únicas desta obrigação social.

No plano das acessibilidades muito poderia correr nesta assembleia, merecendo o debate político aprofundado, cruzando também com as disponibilidades financeiras do município e o posicionamento ideológico dos partidos. Mas estas cruzam-se igualmente com os planos de urbanização e a estratégia de organização territorial. Aquando da construção da A28 e respetivos acessos, a CDU defendeu ser oportuno a municipalização do troço da EN13 entre as atuais rotundas da Erva Verde e da Póvoa, vulgo pedreiras. Em sequência deveria esta ser enquadrada, em termos urbanos na vila, conferindo-lhe o cariz de avenida. Não seria caso novo; veja-se o que aconteceu nos Arcos de Valdevez, em Valença, e mesmo em Vila Nova de Cerveira, em menor escala. No entanto em Vila Praia de Âncora, saiba-se



Assembleia Municipal de Caminha

lá porquê, não só esta via se mantém completamente descaraterizada no atravessamento urbano como até é precisamente neste troço da EN13 entre Viana do Castelo e Valença onde a circulação se pode fazer a maior velocidade, havendo mesmo duas faixas de rodagem em cada sentido em parte deste atravessamento.

Ora na altura desta nossa defesa, como agora, a inexistência de alternativas viárias à A28 servia de argumento para a não introdução de portagens, por isso a urbanização desta via em Vila Praia de Âncora também serviria os interesses municipais de não serem impostas portagens. Então se tudo concorre para disfarçar esta cicatriz por que razão o poder político concelhio não promove esta defesa? Que razão maior justifica a situação atual? Recordo-me bem da construção desta nova EN13; até lhe chamávamos na altura a autoestrada, e recordo como também já se dizia que a estrada EN13 antiga dividia a vila porque passava pelo centro. Hoje temos as ruas 31 de janeiro e 5 de outubro, e já todos esqueceram que por aí passava o trânsito em direção a Valença ou a Viana, porque não poderemos ter então a avenida, com o nome que se entender, onde hoje a EN13 faz passagem rápida por Vila Praia de Âncora?

Um outro assunto face ao qual a CDU não deixará de dar atenção prende-se com a defesa do património natural e construído no concelho, que é também uma marca da identidade de um povo, da construção de uma organização à qual a Câmara Municipal não poderá ser alheia. Os monumentos existentes no concelho, classificados ou não, mereciam por isso uma atenção contínua, garantindo a sua proteção e permitindo a fruição com a qualidade ajustada à importância que merecem. Não defendemos artificialismos na promoção destes espaços, mas tão só a sua afirmação histórica no concelho. A título de exemplo temos a jazida Vila Praia de Âncora - Norte, assim designada nos trabalhos do professor José Meireles nos idos anos de 1979-1980. Daí para cá, nada, como se o local perdesse dignidade ou razão histórica de existência, nada tem sido feito na preservação da memória histórica, salvo algumas iniciativas da casa que hoje nos acolhe, o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora. Mas na verdade a orla litoral, com as suas jazidas de utensílios líticos, são um marco efetivo da ancestralidade da



Assembleia Municipal de Caminha

ocupação do território. E não nos parece ser compatível o modelo de fruição destas áreas com a promoção e preservação histórica do local. Mas na verdade a Câmara de Caminha tem tido, em nosso entender, uma ação pouco atenta e cuidada nesta matéria, transversal aos dois partidos que a presidiram desde o 25 de abril até agora, PS e PSD. Estes últimos mostrando mesmo como o património, as referências históricas e a compreensão do passado, são parentes menores da nossa identidade, devendo ser destruídos pela modernidade e pelo interesse especulativo imobiliário ou de outra índole. Serve de exemplo o Coto da Pena, estação arqueológica completamente agredida pelo executivo anterior e da qual resulta ainda a intenção de levar a Câmara Municipal de Caminha a indemnizar o empreiteiro que a própria Câmara defendeu. Mas de facto há perguntas neste caso que merecem ser respondidas, e com elas também percebermos as dinâmicas de certos dossiers que se prolongam no tempo sem se concluírem. Por exemplo, o perímetro de proteção do Povoado do Alto do Couto da Pena / Estação Arqueológica do Alto do Couto da Pena estava salvaguardado em PDM? Foram respeitados os afastamentos regulamentares? A Câmara Municipal aprovou o projeto sem o sujeitar à apreciação dos serviços competentes na gestão do património? Tinha de o fazer?

De facto, muita tinta correu na altura, com a CDU e outras forças partidárias a levantarem questões que nunca foram respondidas de forma objetiva. É que se em tempo útil tivessem procurado as respostas certas em vez de se entregarem à destruição deste sítio de interesse patrimonial e cultural, hoje não nos veríamos a braços com a possibilidade de mais um encargo para os cofres municipais e mais uma oportunidade perdida na valorização do património.”

O **Senhor Deputado José Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:



Assembleia Municipal de Caminha

“No dia de amanhã inaugura-se uma obra de extrema importância para o Concelho: A inauguração das obras de reforço e proteção da Duna dos Caldeirões e do Pinhal da Gelfa, em Âncora, que contará com a presença do Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes.

Esta intervenção demonstra bem a influência do atual executivo na defesa do nosso território e na salvaguarda dos nossos recursos naturais. A Praia das Crianças conquistou, neste ano, a Bandeira Azul! E isto só foi possível através da ação rápida e concertada do município e de todas as entidades envolvidas.

Mas muito mais se tem feito pelo concelho! Em apenas dois anos, este executivo gastou, em obras que valorizam os seus habitantes e o seu território, mais de 5 milhões de euros (5 134 284,09 €.).

No vale do Âncora, investiu-se na;

- Beneficiação da rede viária florestal para o Rally de Portugal (Riba de Âncora; 167 151,00€).
- Pavimentação e reabilitação da rede de abastecimento de água na Rua de Santa Luzia (Âncora -111 198,70€).
- Sinalização de segurança, na pintura de passadeiras, na Rua do Sol Posto, Rua 5 de Outubro, Rua 31 de Janeiro, Rua Alexandre Herculano, Rua Pontault-Combault, Rua Contra-Almirante Jorge Maia Ramos Pereira e Rua de Gontinhães (Vila Praia Âncora - 10 983,00€).
- Reabilitação de módulos de ecopontos e na reabilitação de contentores de recolha indiferenciada (Vila Praia Âncora; 51 195,50€).
- Pavimentações e intervenções várias: (total - 106 844,04€):
 - Pavimentação da Rua Padre Lima e Rua da Lomba e remodelação da rede de abastecimento de água (Vila Praia Âncora);
 - Pavimentação do Largo de Outeiro Negro (Vila Praia Âncora);
 - Alargamento do cruzamento da Rua António Ramos (Vila Praia Âncora);
 - Intervenção de águas pluviais no Lugar da Ponte (Riba de Âncora).
- Investimento no Saneamento, com trabalhos nas Estações Elevatórias Vila Praia Âncora, Vile e Riba de Âncora. (132 170,00€).



Assembleia Municipal de Caminha

- Reparações de Saneamento (Vila Praia Âncora, Vile e Riba de Âncora; 143 313,77€).
- Trabalhos no Pavilhão Municipal de Vila Praia Âncora (28 785,00€).
- Reabilitação da rede de distribuição de água na Rua da Lomba (Vila Praia Âncora - 9 939,96€).

Estas são algumas obras que foram realizadas nestas freguesias. Mas muitas outras, realizadas pelos funcionários do município, foram realizadas:

- Passeios na Rua 31 de Janeiro;
- Passeios da Rua Pontauit Combault;
- Passeios da Nacional 305 (reta da Baralha);
- Construção de Passeios e rampas na Rua 25 de Abril, Rua de Gontinhães e Rua Lourenço da Rocha;
- Construção da Estação de Serviço de Autocaravanas;
- Requalificação da Rua do Requeixo;
- Beneficiação da Rua dos Carvalhinhas;
- Beneficiação da Rua de Outeiro Negro;
- Beneficiação da Rua João António Batista;
- Requalificação do Tanque de Lavar da Retorta;
- Alargamento da Rua de Vales;
- Pintura do Turismo e dos faróis do portinho;
- Manutenção do viaduto da Cruz Velha;
- Saneamento do Calvário;
- Beneficiação da Avenida Ramos Pereira com Explanadas.

E o que dizer sobre o investimento cultural e turístico no concelho?

- Campeonato de Futebol de Praia;
- Caminhada e Free Running;
- Corrida pela Paz;
- Comemorações do Dia 10 de junho;
- II e III Maratona BTT;
- Marchas de São João;



Assembleia Municipal de Caminha

- Vila Praia em Flor;
- Sónia Araújo;
- Representação da Entrada Triunfal de Jesus;
- Pais Natal em Bicicleta;
- Criação da Feira de Velharias em Vila Praia Âncora;
- Festa do Mar e da Sardinha;
- Canto d'Aqui - Festa de Natal;
- Anselmo Ralph;
- Teresa Salgueiro;
- Concerto da AMFF;
- Capicua;
- Dealema;
- Maior Mesa de Páscoa do Pais;
- Simone de Oliveira, Nuno Feist e as 3 Marias;
- Festa da Nossa Senhora da Bonança;

Dois anos!

Em apenas dois anos, com uma forte restrição financeira, como é bem conhecida por todos, a aposta deste executivo no Vale do Âncora foi grande.

E é trabalhando desta forma que este executivo tem atraído investimento!

Exemplos desses investimentos privados é a grande superfície que abriu, é a Rede de Gás Natural, um investimento de 3 milhões de euros, são os eventos como o Festival do Espadarte, e Pista de Gelo.

Mas esperamos por mais e queremos mais!

Os ancorense aguardam há muito pela qualificação da zona da Barrosa, para valorizar o Dólmén, monumento nacional. Um espaço há demasiado tempo esquecido, que vê os seus muros a cair. Para quando é que podemos ver este espaço qualificado?

O Nó da Erva Verde também aguarda uma qualificação, prometida há algum tempo. Uma das entradas de Vila Praia de Âncora, importante por ser a entrada e saída, por estar no coração da vila, mas também porque existem serviços,



Assembleia Municipal de Caminha

comércio e também um edifício municipal que merece maior relevância, a ludoteca. Queremos este espaço digno para quem cá vive e para quem nos visita!

Tem-se investido em ecopistas. Há agora uma recente que liga a capela de Santo Isidoro a Moledo. Faltam as ligações entre elas. Os ancorense exigem que se unam estas vias!

Sr. Presidente da Câmara, está a meio do mandato, os ancorense esperam de si e da sua equipa a continuação deste trabalho em prol de Vila Praia de Âncora e do Vale do Âncora, contamos com o seu esforço e dedicação. A nossa atenção será uma constante.

Aproveito para desejar a todos os presentes um Natal cheio de paz e alegria e um feliz Ano Novo de 2016.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, iniciou a sua intervenção a solicitar um minuto de silêncio em memória das vítimas de todos estes atentados que tem acontecido por todo mundo em especial em Paris. Saudou e desejou felicidades ao Senhor Vereador Rui Fernandes, para que tenha êxito no desempenho do seu cargo, disse ainda o Senhor Deputado que os pressupostos que levaram à demissão da Senhora Vereadora Ana São João, não se mantenham, porque se se mantiverem por muita vontade que tenha em exercer o seu cargo, não terá o êxito que deseja. De seguida leu o seguinte:

“Dois anos e 3 meses estão passados desde a realização das últimas Eleições Autárquicas, estamos a meio do mandato deste Executivo socialista em Caminha, e chegada está a hora do respetivo balanço.

O que fez o Executivo socialista liderado pelo Presidente Miguel Alves nestes 2 anos e 3 meses, no Concelho de Caminha?

E em Vila Praia de Âncora?

São perguntas que se devem fazer. Mas antes, vamos lembrar - porque a memória dos homens é curta - a forma como Miguel Alves pretende fazer esquecer e moldar à sua imagem, 12 anos de passado autárquico PSD.



Assembleia Municipal de Caminha

Não sei se já repararam, mas este Executivo Socialista de Miguel Alves, ainda não conseguiu cortar o "cordão umbilical" com o passado.

Com o passado PSD.

É como uma criança que ainda não aprendeu a andar, ainda não consegue dar 2 passos seguidos, e que tem sempre necessidade de estar constantemente a evocar o passado PSD para justificar a sua inoperância, a sua incapacidade para fazer o que quer seja, quanto mais o "Mais e Melhor", que foi o lema da sua campanha autárquica e a sua promessa.

Acabado de ser eleito, mandou auditar, por amigos, as contas do anterior executivo PSD, de forma a poder propagandear aos 4 ventos, a alegada falência da Câmara herdada.

Para melhor passar a sua mensagem, a sua narrativa socialista, manipulou os números e transformou a dívida das Piscinas de Vila Praia de Âncora, de longo para curto prazo.

Com uma Câmara herdada alegadamente endividada, não poderia cumprir o prometido no seu Manifesto Eleitoral.

Podia chegar junto ao seu eleitorado e dizer:

- Não posso fazer nada!

O que não disse, porque não convinha dizer para que não se soubesse, é que a empresa que auditou a Câmara de Caminha, na página n.13 do seu relatório diz, taxativamente que Miguel Alves herdou, não uma Câmara falida, mas ao contrário uma Câmara com 2 milhões e 398 mil euros em depósitos bancários.

Essa é que é essa!

Depois, começou a passar a mensagem, que o anterior Executivo PSD, nada tinha feito em 12 anos de mandato autárquico.

Nada de nada!

E se por acaso tinha feito alguma coisa, estava mal feito! Falar mal do passado para distrair do presente e como quem não quer a coisa, o Presidente socialista Miguel Alves fecha o ano de 2014 com um prejuízo assumido de 1,7 milhões de Euros, depois de ter estourado com todo o dinheiro que tinha em caixa, e sobre



Assembleia Municipal de Caminha

este prejuízo de 1,7 milhões de euros, nem uma palavra de esclarecimento aos Caminhenses.

Silêncio total.

E como ainda está, exatamente na estaca zero, completamente parado, sem obra arrancada, sem equipa ou com equipa, mas totalmente dividida e em perda total, não tem outra solução senão que agarrar-se à obra herdada pelo PSD, para passar a mensagem e dizer que é sua.

E então podemos ver e assistir aquilo que eu chamo de folclore político.

Sabem o que é o folclore político? Eu explico.

Lembram-se do Ministro da Propaganda de Saddam Hussein, que gritava ao Mundo que estava a ganhar a guerra contra os Americanos, quando estes lhe estavam a tocar na campainha da porta da sua casa para o prender?

Pois o nosso Presidente socialista Miguel Alves está na mesma.

Com toda a força jornalística que pode juntar, aproveita todo e qualquer acontecimento em Caminha, para aparecer como seu autor em tudo quanto é jornal, revista ou televisão. Olhem! Vai acontecer amanhã, sábado, inauguração das obras do Estado, da Polis e do governo anterior, e vai inaugurá-las com o Secretário de Estado do governo do Primeiro-ministro imposto ao país António Costa.

Aparecendo em muitos sítios ao mesmo tempo, quer passar a imagem de muito dinamismo, muito trabalho, muito êxito. Tomemos por exemplo o Mercado Municipal de Caminha. Todos sabemos que o projeto do Mercado tem de ser articulado com o projeto de requalificação da Marginal, sob pena de o poder comprometer.

Todos sabemos que Miguel Alves não tem dinheiro para qualquer intervenção no Mercado.

Sempre que quer enganar alguém fala inglês - Primeiro seria uma intervenção Low-Coast - Em bom português - Intervenção barata para o mercado de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

No entanto, nada melhor que criar a ideia que todo aquele espaço vai ser requalificado, com o concurso de ideias dos estudantes de arquitetura de Vila Nova de Cerveira.

Ainda que sob o ponto de vista académico a ideia fosse interessante e pudesse até fazer sentido, a verdade é que transformar ideias em projetos sustentáveis, viáveis e credíveis, não é tarefa para alunos, nem para recém-licenciados, nem para profissionais com pouca experiência profissional.

Apresentar com pompa e circunstância aquelas propostas, assumindo-as como soluções, postas a votação para que o povo decida, é uma forma aparentemente "democrática" de nos demitirmos da responsabilidade de decidir.

A decisão tem de ser responsável e tecnicamente bem fundamentada e não um exercício académico no âmbito da atividade escolar de um qualquer estabelecimento de ensino. Resumindo:

Muito barulho, muita publicidade na apresentação e na divulgação, criar a ideia de muito dinamismo, para tudo ficar no papel.

Até pôs telas a tapar as lojas que não rentabiliza, para quando a TVI filmar passar a ideia de que está a remodelar o mercado. Diz que tem o projeto da marginal de Caminha pronto para financiar, mas então porque o esconde? É "secret"? Em português é secreto?!

Entretanto entre a apresentação e a discussão não discute o essencial:

- A Sustentabilidade do projeto;
- A localização do mercado;
- A articulação destas ideias que podem comprometer com o projeto da marginal e hipotecar o seu avanço;

A verdade é que nada vai avançar a curto-médio prazo.

Quando as coisas parecem correr bem, Miguel Alves aparece logo, com a televisão atrás, a justificar o êxito.

Quando as coisas correm mal, a culpa é dos serviços. Nunca é dele! Lembram-se de Miguel Alves, durante a campanha autárquica dizer que tinha uma "ideia" para o Concelho de Caminha?



Assembleia Municipal de Caminha

Caso vencesse as eleições autárquicas, saberia muito bem o que fazer no Concelho de Caminha, porque tinha uma "ideia"?

Lembram-se?

Passados que estão 2 anos e 3 meses, continuam os Caminhenses a acreditar que Miguel Alves continua a ter alguma "ideia" para o Concelho de Caminha?

Alguma vez viram ou ouviram, o Presidente Miguel Alves, a discutir a sua "ideia" com os Caminhenses?

Pergunta, que vos deixo ficar para refletir.

Na minha opinião, Miguel Alves nunca esteve muito interessado por Caminha.

Mais interessado esteve nas eleições Legislativas passadas - donde saiu derrotado em toda a linha, com derrotas em Moledo, derrotas no Concelho de Caminha, derrotas no Distrito de Viana do Castelo - e agora mais interessado está nas eleições Presidenciais que se aproximam.

É mais importante o que se passa na Comissão Política Nacional do Partido Socialista, em Lisboa - local para onde passa a vida a correr! - do que o que se passa no Concelho de Caminha.

Volto à pergunta inicial.

Que fez Miguel Alves, e o seu Executivo socialista, ao fim de 2 anos e 3 meses?

O que fez em Caminha?

O que fez em Vila Praia de Âncora?

Em Caminha destruiu a Feira Medieval.

O Entre Margens, ninguém sabe muito bem o que é!

Promete um Sunset de 50 mil a 100 mil pessoas para o Terreiro de Caminha, e só lá tem 4 pessoas.

Coloca a realização do Festival de Vilar de Mouros 2016 na mesma data do Sonic Blast, porque quem manda, é Lisboa.

Em Vila Praia de Âncora, rebentou com a Festa da Sardinha. Em tudo que Miguel Alves toca, ou que é de sua iniciativa, tudo fracassa.



Assembleia Municipal de Caminha

Tem o Executivo dividido, ferido de morte, onde os Vereadores já não acreditam na "ideia" que Miguel Alves tem para Caminha, porque tudo não passa de bluff, de folclore político.

Escondeu a verdadeira equipa que não são os Vereadores.

Estes têm que se demitir porque não lhes são dadas condições para exercerem o seus mandatos e, sobretudo, porque não lhes foram dadas condições para cumprirem as promessas eleitorais.

E, pelos vistos, nem todos são iguais!

O que fez Miguel Alves em 2 anos e 3 meses?

Não vou responder.

Mas vou deixar-vos um convite.

Quando tiverem tempo, perguntem aos socialistas que votaram Miguel Alves, o que fez Miguel Alves no Concelho de Caminha nestes últimos 2 anos.

E logo saberão a resposta!

Decerto, irá ser também o que irá acontecer ao País!

Falar do passado porque se desculpam com o que não fazem nem farão no presente e no futuro.

Um primeiro-ministro à força!

Contra a vontade democrática do voto dos portugueses!

De seguida o Senhor Deputado apresentou o seguinte:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha

Na qualidade de Deputados Municipais do Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha, vimos apresentar formalmente um voto de protesto pelo silêncio do executivo aos vários requerimentos que os vereadores do PSD apresentaram a solicitar informações. Aguardamos ainda resposta a requerimentos do ano de 2014! Esta atitude do senhor Presidente da Câmara de persistentemente ignorar os pedidos de informação e de documentos a que os vereadores têm legal e democraticamente direito, é reveladora do seu carácter arrogante e prepotente, muito diferente daquele ar simpático e dialogante com que se apresentou aos caminhenses no período eleitoral.



Assembleia Municipal de Caminha

Agora começa a cair a máscara e a revelar a sua verdadeira personalidade, que está bem longe de ser agradável, respeitadora e democrática.

Mas com isso podíamos nós muito bem. Não podemos é aceitar que não cumpra a Lei, que viole reiteradamente os princípios da transparência e do livre acesso aos documentos, e não acate as regras básicas da democracia. Face ao referido os deputados do PSD vêm requerer que V. Exa. se digne solicitar ao senhor Presidente da Câmara o cumprimento da lei e a resposta devida aos requerimentos e pedidos de informação e de documentos de que se juntará cópia, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, passando os referidos requerimentos a constituir também pedidos de informação por parte desta Assembleia Municipal, a que o senhor Presidente da Câmara está obrigado também a responder de acordo com o artigo 35.º, n.º 1, alínea s), da mesma Lei.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e perguntou ao Senhor Presidente da Mesa se o minuto de silêncio é em memória das vítimas de terrorismo dos ataques mais recentes ou em nome de todas as vítimas de terrorismo por todo o mundo.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que o minuto de silêncio é em nome de todas as vítimas de terrorismo por todo o mundo e logo de imediato fez-se o minuto de silêncio.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e deu início à sua intervenção:

“Atravessamos nos últimos anos um período negro para o nosso país, período esse que deixou muitas famílias à beira da pobreza, do desemprego enfim, do desespero.



Assembleia Municipal de Caminha

Para ressabiamento de muitos, esse período chegou finalmente ao fim e um sopro de esperança volta a pairar no nosso país.

Refugiando-se na suposta ilegalidade do governo que agora conduz os destinos do nosso país, ouvimos os mais ferozes ataques por parte daqueles que não aceitam que pela primeira vez em 40 anos de Democracia, o interesse nacional se sobrepôs ao resto e a esquerda se uniu para combater aquilo que era o desmoronar dos princípios do Estado Social.

Este inconformismo do PSD/CDS nacional não é nada de estranho, bem como não o é, o do nosso PSD local. Também no nosso concelho, ainda não digeriram bem a derrota e não aceitaram que perderem há já dois anos, as rédeas do nosso concelho.

Desde setembro de 2013 que temos vindo a assistir a uma oposição que nada mais faz do que atacar, maldizer, mentir, achincalhar e até mesmo insultar quem agora dirige os destinos do nosso concelho.

Demonstram uma total incapacidade nos debates e depois, sem nenhum pudor, refugiam-se nas redes sociais inundando-as com comunicados despropositados. Utilizam alguns meios de comunicação social locais para divulgar os mesmos, para contar histórias, e aqui, nada de estranho, pois, é clara a vassalagem que é prestada ao PSD! É vergonhosa a forma como se coloca ao serviço desta oposição, colocando nas suas primeiras páginas, notícias que mais não são do que a réplica, quase fiel, dos comunicados do PSD! Onde está a isenção? Não existe. Fechou-se a torneira e dos 98,088.00€ pagos em 2013, a este órgão de comunicação social passaram-se para valores de 1 262,47€ em 2015. Creio que está tudo dito! Mas, como se costuma dizer: "diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és"! Recomendaria, no entanto, a esse mesmo órgão de comunicação social e face às notícias publicadas em diversos jornais Nacionais que "não lance pedras em telhado alheio", pois bastante tem com que se preocupar e recomendo que repense a sua estratégia.

Senhor Presidente, não tenho que lhe dar conselhos, no entanto, permita-me que, como dirigente do Partido Socialista de Caminha, como Deputada Municipal lhe



Assembleia Municipal de Caminha

recomende que corte toda e qualquer relação com este órgão de Comunicação Social! Tudo serve para denegrir, serve o insulto, serve a mentira, até servem os discursos do 25 de Abril numa total falta de respeito pela solenidade desse dia e pelos princípios conquistados nesse dia!

Assim, assistimos ao longo destes dois últimos anos a uma oposição que nada mais faz do que, de uma forma descontrolada e despropositada, se mostrar contra tudo e contra todos acusam, inventam e tentam "tapar" com narrativas e comunicados os duros legados que deixaram para quem atrás veio resolver, eles são as indemnizações por má gestão, ele são as faturas por pagar, eles são os empréstimos contraídos, etc... e depois, qual branca de neve, ainda se vêm mostrar muito indignados com as decisões que o atual executivo é obrigado a tomar para fazer face áquilo que herdou. Manipulam as coisas a seu belo prazer, e qual mágicos a tentarem sacar coelhos da cartola, esquecem-se, tentam fazer esquecer e tentam ilibar-se das suas responsabilidades acusando quem agora tem de resolver!

A título de exemplo, e são muitos os que poderia aqui elencar, vou apenas relembrar alguns para os mais incautos:

Fala-se do estado de ruína em que está o Mercado Municipal acusando o executivo, de agora, o estar a utilizar para fins eleitoralistas! Mas afinal quem foi que tinha 5 milhões para fazer o projeto da marginal no qual estava integrado o Mercado e nada fizeram e a um dia do início da Campanha eleitoral fizeram uma apresentação no Teatro Valadares de fotografias e maquetes virtuais? Repito, a um dia do início da Campanha eleitoral!! Quem foi que a um mês das eleições, no intervalo de um concerto realizado em Vilar de Mouros, puxou de mesa e assinou perante todos um protocolo com a AMA para a realização do Festival de Vilar de Mouros? O que se chama a isto??? Nunca se preocuparam com o Mercado a tal ponto que a ASAE ia fechá-lo se não fosse a pronta intervenção do atual executivo. Estiveram 12 anos no poder e nada de estrutural foi feito nos mercados municipais nem em Caminha nem em Vila Praia de Âncora. Agora que se está a mexer no assunto, vem-se questionar a forma. Pregunto, quantas obras realizadas nos 12



Assembleia Municipal de Caminha

anos de governação PSD foram idealizadas, participadas e concretizadas por arquitetos do nosso concelho? Quantas oportunidades deu o anterior executivo àqueles que agora vem, com tanta indignação defender? Existem muitos jovens do nosso concelho a frequentar a escola Superior Gallaecia e agora sim foi dada a oportunidade a esses jovens e a todos os que frequentam essa escola de participar: Quem no mercado trabalha foi ouvido, deu as suas opiniões e partilhou os seus anseios para àquele espaço, agora sim, a população é chamada a dar o seu contributo e agora sim, vamos ter uma obra digna para este edifício. Qual foi a visão estratégica do PSD ao desperdiçar as verbas do programa Polis adiando assim a possível resolução deste problema?

Depois fala-se em plágio relativamente à Candidatura do Estuário do Minho a Paisagem Cultural da Unesco, falando de visão redutora e afirmando não haver estratégia nem ambição. Devemos estar a brincar, que visão estratégica teve o PSD ao longo de 12 anos no concelho de Caminha? Que visão estratégica teve o PSD ao manter uma quezília com La Guardia que vedava ao município a possibilidade de cobrar aquilo a que tinha direito! Não foi o executivo socialista que chegou a um acordo e conseguiu começar a receber algum dinheiro? E isto é falta de visão estratégica? Onde esteve a estratégia para o desenvolvimento industrial do nosso concelho? Onde esteve a batalha para a Manutenção das poucas empresas empregadoras do nosso concelho? Assistimos à sua morte lenta, isso sim! Na verdade, devo reconhecer que ao longo de 12 anos, uma empresa houve, uma única entidade empregadora que muitos postos de trabalho criou no nosso concelho, a própria Câmara! Pena que não fosse para todos! A instalação do Continente no nosso concelho, serviu e serve ainda para atacar, encomendam-se ao IGF fiscalizações à Câmara na ânsia de se descobrir alguma irregularidade no processo, mal correu. Depois e de uma forma que eu apelidarei de inconveniente, coloca-se quase em questão a idoneidade e seriedade do responsável nomeado pelo ACP para apresentar as conclusões sobre o impacto do Rally. Este professor universitário explicou que, o Rally trouxe um impacto direto de injeção na economia no valor de 65 milhões de euros para o Norte de Portugal e 3 milhões para



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha. Mas até isto serviu para atacar, destruir, e questionar tudo o que de positivo se fez! Num volte face, dizem não ser contra nada e depois são contra tudo! Esta conclusão, este estudo, não agrada porque é favorável ao executivo, mas, vejam só que espanto, no entanto, aquilo que diz o TIAC que é uma associação sem fins lucrativos, já tem todo o valor e porquê? Claro está porque serve os propósitos do PSD. E guias são esses propósitos? Mais uma vez, difamar, insinuar.

A isto chama-se oposição destrutiva e o Concelho de Caminha merece mais do que isto!

Vem se afirmar com pompa e circunstância com cópias de documentos; que ficaram nos cofres do Município em contas bancárias, 2 milhões 398 mil 364€ mas esquecem-se de dizer que ficaram quase 10 milhões de dívidas por pagar!

Ainda não vi ninguém ter a coragem de assumir os erros do passado, ainda não vi ninguém reconhecer que errou! Vi e vejo, gente que para encobrir os erros acusa, usa da maledicência, do insulto!

Vêm afirmar que em dois anos de gestão socialista foi arruinado o património financeiro do Município! Que falta de sensatez, que vergonha! Quem arruinou o Município foram aqueles que deixaram este pesado legado! Todas as decisões judiciais adversas, todos os pedidos de indemnizações que agora chegam à Câmara devido a uma má gestão! Haja vergonha e cuidado!

Gestão danosa e ruínoza foi o que os Senhores fizeram ao Município de Caminha! Em 2 anos de gestão socialista, em apenas 2 anos foram investidos mais de 5 milhões de Euros em obras. Agora a verdade é que são obras estruturais, necessárias, direi mesmo, fundamentais, mas, que não têm visibilidade eleitoralista nem são feitas com esse intuito! Finalmente, vou aqui prestar um esclarecimento ao PSD sobre o estado de saúde do Partido Socialista. Não existe nem caos nem desnorte no Partido Socialista, muito pelo contrário, o que existe é liberdade, liberdade de expressão, liberdade de pensamento. Contrariamente a outros deverei dizer!



Assembleia Municipal de Caminha

Acusar o Partido Socialista de estar mais preocupado com o que se passa em Lisboa do que com o que se passa no concelho é deveras curioso, que eu saiba, nenhum vereador socialista fazia parte das listas a deputados da nação, nenhum! Quem mostra desnorte e incoerência não é o Partido Socialista, o que o Partido Socialista mostra é pluralidade, responsabilidade e rumo.

Não se preocupem com o Partido Socialista, respeitem-no!

O que o Partido Socialista mostra é estratégia e determinação! O que o Partido Socialista mostra é que se acabaram os favores, acabaram as perseguições e que existe governação responsável, séria, a pensar no futuro do nosso concelho, na nossa população!"

O Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao Senhor Vereador Guilherme Lagido para que prestasse alguns esclarecimentos.

O Senhor Vereador Guilherme Lagido, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e disse que relativamente aos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, que o executivo do qual faz parte tem todo o cuidado e respeito pelas Associações Humanitárias do Concelho, e não é costume do executivo utilizar as associações para fazer jogos de política, são respeitáveis e preocupam o executivo desde sempre. Disse o Senhor Vereador que para quem tem alguma prática associativa sabe que os problemas das associações são sempre complicados e uma das maiores dificuldades que passam não é só quando lhes é atribuída de vez em quando uma ajuda, mas sim, é ter o plano financeiro bem definido para o exercício da sua atividade ao longo do ano. E este executivo assim o entende, e desse modo, fizeram-se negociações com as Associações Humanitárias do Concelho, Caminha e Vila Praia de Âncora e chegou-se a um Protocolo que tem três componentes, sendo uma fixa, e duas variáveis. A componente fixa é uma garantia mensal de mil euros a cada associação, a



Assembleia Municipal de Caminha

componente variável é em função dos serviços que cada das associações presta aos vários eventos, e uma ultima componente é relativa à formação de bombeiros. Disse o Senhor Vereador que as dificuldades das Associações ou empresas não acontecem no momento em que uma determinada direção lá está, regra geral são erros que vem de direções passadas. Disse ainda o Senhor Vereador que as Associações de Bombeiros reconhecem que este protocolo poderá não ser tão generoso como eles desejavam, mas este protocolo tem uma grande virtude, é que eles sabem com aquilo que podem contar ao longo do ano. Então coloca-se a seguinte questão; O que isto tudo tem a ver com as obras do cineteatro? Em resposta, o Senhor Vereador disse que tem tudo a ver com as obras do cineteatro, independentemente da colaboração que o Município dará as obras do cineteatro, e a Associação de Bombeiros de Vila Praia de Âncora sabe disso, e além disso, O Senhor Vereador disse que o Senhor Deputado Alberto Magalhães exerceu a sua atividade como bancário e sabe que um crédito a uma Associação, só é prestado, se obviamente houver forma de pagar esse crédito, e a forma de pagar esse crédito para um empréstimo daquela natureza, está precisamente na componente fixa que aquela associação tem, uma vez, que não há nenhuma instituição financeira que contrate um empréstimo se souber que não há condições para o pagar. Disse por fim o Senhor Vereador que se tratava deste esclarecimento que queria dar, uma vez que as Associações são demasiado importantes para que as utilizemos, e deste modo, esta é a forma adequada e que se deveria ter para todas as associações, de lhes garantir uma sustentabilidade, ou, de pelo menos, que lhes permita ter uma programação para as atividades devidamente precavida.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que vai esclarecer algumas das questões ali colocadas para que não restem duvidas sobre as matérias tratadas, não deixou de agradecer as declarações e interpelações de todos os deputados, uma vez, que acabam por favorecer e beneficiar a Câmara Municipal, como as declarações do Partido Socialista e do Senhor Deputado Rui Taxa. O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora e agradeceu



Assembleia Municipal de Caminha

e retribui as boas vindas, pois é uma terra e uma casa onde sempre gostou de estar, saudou também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por manter a ideia de se fazer esta sessão da Assembleia Municipal em Vila Praia de Âncora, e apresentou toda a sua solidariedade perante as críticas que ali foram lançadas que colocam em causa a sua imparcialidade na gestão desta Assembleia, não se revendo o Senhor Presidente nessas críticas, disse que acaba por ser uma forma de estar como uma mancha de óleo que se vai alastrando. O Senhor Presidente também saudou o Senhor Presidente da Junta de Caminha, e disse quanto à questão fundamental que ali colocou tem a ver com a incapacidade que houve durante muitos anos de se fazer o que fosse relativamente ao apoio à atividade piscatória em Caminha nas diversas nuances desde o desassoreamento do rio nos canais de navegação até a necessidade de colocar o pontão do rio Minho a funcionar, que é fundamental para a segurança, o acesso dos pescadores às embarcações, questões estas, que tem vindo a ser ultrapassadas, disse o Senhor Presidente que teve a oportunidade de estar com o Senhor Presidente da APA, sustenta uma boa relação com os pescadores de Caminha, pelo que existem condições para se avançar com algumas soluções.

Quanto à obra da Duna dos Caldeirões, disse o Senhor Presidente que quando este executivo tomou posse existia o programa Polis Litoral Norte à 4 ou 5 anos, e nesse momento solicitou o dossier relativo a esse projeto para perceber que obras e que investimento tinha sido realizado em Caminha, e a resposta que teve, é que não havia nenhuma obra realizada no âmbito da Polis Litoral Norte, e nesse momento faltava apenas um ano para acabar a Polis Litoral Norte, nesse momento decidiu este executivo trabalhar para conseguir ainda fazer alguma obra no âmbito desse programa e hoje no Concelho de Caminha existem quatro obras da Polis Litoral Norte, foram investidos 1.1 milhão de euros e ainda tem a obra realizada a norte do paredão de Moledo, cerca de 300 metros daquela duna, possuímos um investimento da Polis e da APA em cerca 1.5 milhões de euros, disse o Senhor Presidente que herdou zero obras e hoje tem 4 obras e 1.5 milhões de euros investidos. Disse ainda o Senhor Presidente que no dia 12 de dezembro (dia



Assembleia Municipal de Caminha

seguinte à sessão) tem a inauguração de uma obra fundamental, pois, após ter tomada posse houve uma intempérie que derrubou o paredão de Moledo e desviou o curso do Rio Âncora, foram várias vezes alvo de critica, porque não estavam a trabalhar para recuperar aquilo que tinha sido destruído pela força da natureza, para que a praia das crianças funcionasse no verão, mas como todos sabem, fez-se um trabalho para que funcionasse já naquele verão a praia e agora ficou concluída o resto da obra. Disse o Senhor Presidente que o problema não está em governos e como é óbvio o Senhor Ministro que vem inaugurar a obra não pertencia ao governo que fez a obra, porque só agora tomou posse. Não deixou de referir o Senhor Presidente que quem comandou a Câmara era do mesmo partido do do Governo, e o grau de influência, persistência e de responsabilização pelas obras era como as obras da Polis, zero, existindo incapacidade de dialogo e de encontrar soluções com o governo, com o seu governo, mas, abriu portas a que um executivo diferente como é este, pudesse encontrar soluções com um governo do PSD, e veio cá o Ministro e todos os secretários de estado do ambiente para resolverem o problema, e até o Concelho foi destaque da imprensa nacional porque foi das primeiras praias a recuperar autonomia e segurança, e deste modo, o Senhor Presidente convidou todos à inauguração da obra e à sessão publica, onde vão assistir aquilo que diz a Polis Litoral Norte e os nossos governantes sobre a forma como trabalha este executivo. Disse o Senhor Presidente que este executivo faz obras não faz maquetes de obras, pelo que amanhã é um bom dia para assinalar esta diferença, não deixou de saudar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora e de Vila Praia de Âncora, porque se mobilizaram para encontrar soluções, soluções como em Âncora onde se criou uma nova praia, um novo parque de estacionamento, soluções criadas para que o campo do Âncora Praia tivesse outra amplitude, consolidou-se a margem do Âncora.

Quanto ao Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que o Senhor Vereador Guilherme Lagido foi muito claro na sua explicação, disse ainda que este executivo quando tomou posse, teve varias reuniões com a direção dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, as quais foram no



Assembleia Municipal de Caminha

sentido de dizer que as contas estavam congeladas, que havia dividas que a Câmara tinha assumido e nunca pagou, como relativamente aos arquitetos, que estavam em pré falência e que nada se tinha feito durante 12 anos para se poder recuperar um teatro, e hoje, está a dar inicio uma obra que vai ser apoiada pelo Município, que existe, porque foram saldadas as dividas. Disse ainda o Senhor Presidente que esta obra dói no fundo do coração do PSD, porque é a absoluta fotografia da sua incompetência em resolver problemas estruturais por todo o Concelho. Disse o Senhor Presidente que na altura da campanha eleitoral havia uma indignação porque a candidatura do PS tinha colocado uma placa a dizer que ia recuperar o cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, pois hoje, está-se a cumprir aquilo que foi dito aos Ancorenses e a todos os habitantes do Concelho de Caminha.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente quanto à Ação Social e a ajuda alimentar, trata-se de uma questão pertinente, porque também o preocupa, e referiu que este executivo entendeu de algum modo afastar-se com a distribuição alimentar no Concelho de Caminha, referindo que o aparecimento da Câmara junto da atividade da oferta e distribuição de estes alimentos era muito interessante do ponto de vista público e eleitoral para alguns, e entendeu este executivo que se deveria afastar um pouco, não lhe retirando responsabilidade, porque a coordenação com as instituições e juntas de freguesia que identificam as famílias é importante, apesar de não deixar de referir que terá de ser afinado, que apesar da confiança que tem nos serviços camarários que poderá haver alguma fuga de conhecimento em determinado tipo de situação, sendo que, existe um ponto positivo de não se estar na linha da frente para a fotografia, para se fazer este trabalho. Fica o compromisso, junto do Senhor Vereador, para estar atento, para que não haja nenhum caso em que não se esteja a obter os resultados.

Disse for fim o Senhor Presidente relativamente à orla costeira e de todos os vestígios arqueológicos com mais-valia patrimonial e cultural, onde temos a Cidade de Âncora com a Junta de Freguesia a fazer um trabalho de preservação,



Assembleia Municipal de Caminha

onde o Município está a colaborar com a limpeza da Cidade e a criar melhores acessos. Disse ainda o Senhor Presidente que na Lage das Fogaças em Lanhelas encontrou-se um trabalho de alguma preservação, mas, o Município quis dar mais alguns passos e tem estado em conversações com a Direção Regional do Norte da Cultura, para que haja uma intervenção concreta naquela laje, existe um compromisso assumido do passado para se poder criar ali um centro de interpretação para valorizar o espaço, sendo que este é um projeto para avançar.

Quanto ao Coto da Pena, disse o Senhor Presidente que no momento o Município tem a ameaça de mais um processo judicial, onde é solicitado um valor em cerca de meio milhão de euros, por causa de despachos ilegais, que o anterior executivo tomou, até se trata de um processo curioso, porque não é comum ver-se no universo do nosso país, uma Câmara bater-se tanto pela construção e edificação de urbanizações junto de vestígios arqueológicos como esse. Disse o Senhor Presidente que se meteu Conselho de Ministros, IGESPAR e outros organismos em tribunal, para se conseguir valer um despacho, que era ilegal, deste modo, o executivo vai ter mais uma espada sobre a cabeça do Município, como tantas outras que tem vindo acarretar. Disse ainda o Senhor Presidente que ao assinar o acordo das águas, foi-lhe transmitido que as Águas de Portugal não perdoam ao Município de Caminha mais um milhão e meio de euros, relativamente a mais algumas heranças do passado, pois será mais um novo processo.

De seguida o Senhor Presidente saudou o discurso do Senhor Deputado Gaspar Pereira, uma vez que ao analisar todos as obras que foram realizadas, pareceu-lhe ver que uma bancada específica desta Assembleia, sentiu algum fastio, cansaço e chatice por estar a demorar algum tempo a dizer as obras que foram realizadas nestes últimos dois anos, por isso, tornasse necessário saudar a sua coragem e perseverança, porque é importante fazer lembrar estas obras que se vão realizando e obras que às vezes parecem que não são as mais importantes que enchem mais parangonas, mas que não deixam de ser importantes.

Relativamente ao Mercado Municipal disse o Senhor Presidente que depois de 40 anos, em que o Mercado Municipal de Caminha esteve provisório, depois de 12



Assembleia Municipal de Caminha

anos em que se fizeram umas janelas à pressa em cima das eleições, e logo após este executivo tomar posse vem a ASAE dizer que ia fechar o mercado, certamente porque estaria em condições ótimas de funcionamento, e a verdade é que este executivo decidiu pôr mãos à obra, e a crítica, é vir dizer que nada daquilo que está a ser proposto vai ser feito, disse ainda o Senhor Presidente que existe uma diferença é que este executivo não faz como o PSD, com a Escola de Vilarinho que em 2005 faz um protocolo para recuperar a escola para a Academia de Musica Fernandes Fão, em 2009 antes das eleições faz um Boletim Municipal em que vai avançar com a recuperação da mesma, mas na verdade, é que a Escola ainda continua à espera de ser recuperada, e existe da parte de este executivo a preocupação de encontrar soluções, porque este executivo não trata de fotografias nem de maquetes, trata de processos, e este foi um processo que desafiou a GALLAECIA que é uma escola da nossa região, que tem muitos alunos do Concelho de Caminha, que também poderiam ter concorrido e não o fizeram porque não o quiseram, e mais uma vez surge a crítica que não existia nenhum arquiteto de Caminha, e reparem, se esta análise cosmopolita do PSD tivesse cabimento em todos os Concelhos todos faziam trabalhos de arquitetura com os seus arquitetos, mas na verdade a GALLAECIA tem muitos estudantes de Caminha, e estes podiam ter participado e avançado com os seus projetos, como por exemplo a Senhora Vereadora Vanda Pêgo que é estudante na GALLAECIA podia ter apresentado o seu projeto, e naturalmente, seria tido em conta pela nossa população. Disse ainda o Senhor Presidente que este é um projeto diferente, está aberto à população, em que a população pode participar, e o PSD tem aqui uma oportunidade, pode influenciar a votação, desde logo votando, e fazendo campanha para que o projeto vá avante, e esta, seria a única maneira de o PSD fazer alguma coisa pelo Mercado de Caminha ao votar nos projetos, que este executivo tratou de apresentar, pelo que os desafia a participar neste tema.

Relativamente às questões ligadas a Lisboa e ao partido, disse o Senhor Presidente que vai esclarecer o Senhor Deputado Rui Taxa pelo seguinte, referindo que o PS na Freguesia de Moledo e Cristelo ganhou as eleições, e por uma



Assembleia Municipal de Caminha

percentagem maior do que aquelas que o PSD quase perdeu as eleições em Vila Praia de Âncora, e na verdade até a líder do PSD era candidata a Deputada e muito provavelmente não terá conseguido passar a sua mensagem na Vila de onde é oriunda. Disse ainda o Senhor Presidente sobre Lisboa que quem tem andado preocupado com o Presidente da Câmara de Caminha tem sido o PSD, pois o Presidente não é de cá, e estava cá com a cabeça em Lisboa, e entretanto iria para o governo, e na verdade quem anda a sonhar com Lisboa não é o PS. Disse o Senhor Presidente que aquilo que é a sua obrigação e empenho é o Concelho de Caminha, acrescentando que fará o seu combate aqui e em todos os outros fóruns, como no Porto, Bruxelas ou em Lisboa, se com isso conseguir influenciar e trabalhar com quem dirige os destinos do país, em Direções Regionais, Secretarias de Estado e Ministérios de Estado em Lisboa, o fará, porque durante 12 anos Lisboa era só a Capital do país, distante, hoje não, de Lisboa vem Ministros como Jorge Moreira da Silva, Ministro do Ambiente do PSD; Miguel Poiares Maduro, Ministro do Desenvolvimento do Regional do PSD; Secretários de Estado da Cultura, Secretários de Estado da Modernização Administrativa, Secretários de Estado do Ordenamento do Território do PSD, e não vem de mãos a abanar, vem com obras para o Concelho de Caminha, e vai-se continuar a trabalhar, porque, o prestígio e a mais valia para o Concelho de Caminha é muito maior do que aquela que em 12 anos não conseguiu transferir nada, nem qualquer capacidade de influencia junto de Lisboa, quem quis ir para Lisboa não foi este servidor que é só Presidente da Câmara de Caminha, quem quis ir para Lisboa, foram outros que estão no executivo, e que não o conseguiram, logo, o grande perdedor destas eleições a nível nacional Miguel Alves deixa aqui o seu testemunho de que tudo fará, para que o Governo, Instituições na Europa e em Portugal possam olhar para o Concelho de Caminha, como nunca o fizeram anteriormente por incapacidade de dialogo e de afirmação, junto de quem dirige este país.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,



Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes em particular os Ancorenses e a Comunicação Social, e disse que, as últimas intempéries também foram culpa do PSD, e de que se tinha que antecipar para dialogar com o governo sobre o temporal que não se sabia que ia acontecer, o PS e o Senhor Presidente da Câmara deixaram aqui bem claro, que queriam que o PSD deixasse tudo executado, como a Marginal, o Mercado Municipal de Caminha, o Cineteatro, a Escola de Vilarinho, faziam tudo, e logo de seguida perguntou; E os Senhores faziam o quê?

Disse ainda Senhora Deputada que se está ali no registo de obra feita e de promessas cumpridas, mas para se dizer isso, bastam 3 minutos que o Regimento concede, logo, o Senhor Presidente da Câmara precisa de 45 minutos para falar, porque, não tem obra, só promessas e fotografias de inaugurações de obras que não são suas.

Quanto ao licenciamento do Côto da Pena disse a Senhora Deputada que basta olhar para lá para perceber que todos os executivos socialistas que a antecederam licenciaram obras naquele local e interpretaram 50 metros de resguardo da mesma forma que o seu executivo, mas aquilo que o Senhor Presidente quer é preparar-se para justificar o facto do pagamento de indemnizações a apoiantes e afins. Disse ainda a Senhora Deputada que se verá no futuro as trapalhadas deste executivo nos licenciamentos, as trapalhadas de urbanismo, a pressa em licenciar as grandes superfícies, em um dia, em 24 horas, todos ficaram a perceber as trapalhadas de estes licenciamentos, e vamos esperar para ver, e será antes do termino de estes 4 anos, logo, venham as obras da Marginal, do Mercado, da Escola de Vilarinho, todos estaremos para o aplaudir e a inaugura-las com o Senhor.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que aquilo que o Senhor Deputado Rui Taxa ali disse,



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

foi elencar toda a sua narrativa socialista que de 15 em 15 dias pública no Jornal o Caminhense, ao qual chama de narrativas socialistas quatro, aquilo que interpreta o Senhor Deputado Rui Lages como o círculo literário 4, onde e o Senhor Deputado no final da sua exposição, faz uma pergunta a todos os leitores, que é a seguinte, “Este executivo tem dois anos de mandato, peço ao leitor que feche os olhos e que pense numa obra feita por Miguel Alves e pelo seu executivo durante este período de tempo? Descobriu alguma! Depois conversamos!”

O Senhor Deputado Rui Lages referiu que descobriu algumas e não foi necessário fechar os olhos, como a Biblioteca Municipal de Caminha, um investimento de 972 mil euros; Ecovia Lanhelas Caminha, um investimento de 511 mil euros; Mosteiro de S. João D'Arga, um investimento de 577 mil euros; Campo de Futebol de Lanhelas; Praia da Gelfa; loja Inter-Ativa de Turismo em Caminha; Saneamento em Vile, Vila Praia de Âncora, Moledo; Ecovia de Moledo a Vila Praia de Âncora; Dragagens do Ferry; Beneficiação da Rede Viária Florestal para o Rally de Portugal; Pavimentação e reabilitação da rede de abastecimento de água na Rua de Santa Luzia em Âncora, entre muitas outras, e bastaram 2 anos para o executivo de Miguel Alves, meter mãos a obra e fazer mais e melhor pela nosso Concelho.

Referiu o Senhor Deputado Rui Lages que o Senhor Deputado Rui Taxa falou em incapacidade de este executivo, mas, a incapacidade a que o Senhor Deputado se está a referir muito provavelmente será de um outro executivo que desperdiçou uma Polis Litoral Norte, logo, isso é incapacidade e fechar os olhos ao nosso Concelho, referindo ainda o Senhor Deputado que folclore político é vir dizer em vésperas de eleições, que no Mercado Municipal de Caminha se vão lá fazer intervenções, logo, isso não é fazer política séria e digna, nem aquela que o nosso Concelho merece.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, fez um agradecimento em nome dele e da mesa à Senhora Vereadora Ana S. João pelo excelente trabalho prestado.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“A situação financeira atual é de tal forma grave e penosa para o município que até tenho pena de dizer que o PSD tinha razão, ao alertar que estavam a delapidar o património em prioridades exorbitantes e supérfluas, não atendendo nem salvaguardando, a sustentabilidade financeira do município.

Em qualquer município, em qualquer empresa, em qualquer Instituição ou mesmo em nossa casa, se diminuimos a receita e aumentamos a despesa, o resultado é que a sustentabilidade financeira seja posta em causa! É este o estado das contas, foi nesta situação que este executivo nos colocou.

Não é possível descer receita e aumentar despesa, sem levar o município à falência técnica. Vocês fizeram-no e atualmente o município têm, segundo informação por si prestada, 77 mil euros de disponibilidades financeiras o que não chega para pagar os salários dos funcionários, a não ser à custa do dinheiro das cauções, e tem compromissos para pagar no valor de 4 milhões de euros.

Continua a querer distrair todos com o passado, usando recursos humanos do município para vasculharem o passado em vez de os colocar a tentar arranjar uma solução para esta embrulhada em que colocou as contas do nosso Município.



Assembleia Municipal de Caminha

A propaganda para desviar as atenções, leva a que alguns incautos e ingénuos se perguntem se é possível levar um município à falência em apenas dois anos, mas nós demonstramos como é possível arruinar um município em apenas dois anos.

Pensem connosco.

Descem a receita e aumentam a despesa corrente, começa a verificar-se um desequilíbrio!

Deixam de pagar faturas avultadas e assim obrigam a um esforço financeiro maior. Este estado de coisas e de incumprimentos sucessivos é insustentável e vai levar o município à ruína.

Aumentam a despesa!

O Presidente gastou em 1 ano e meio 1 milhão e duzentos mil euros, em hotéis, restaurantes, eventos, comunicação e publicidade, mas deixou de pagar os bens essenciais: Água, Suma e sobretudo nada investiu e nada fez nestes dois anos!

Veja-se alguns exemplos:

O Presidente diz que poupa um milhão e duzentos mil euros, restauração e hotelaria, comunicação e imagem, concertos, palcos, tendas, som, luz e publicidade.

O Presidente gastou, onde? Nas empresas fora do Concelho: Braga Eventos, em Braga; Marcobrinde, em Monção; Palcos SR em Esposende; Ritmos, em Paredes de Coura; Dignidade, no Porto; Take Film, no Porto; Make It Happen, no Porto.

O Presidente gastou com a empresa Ritmos de Paredes de Coura com os concertos, Carlos do Carmo; Ana Moura; Rita Guerra e Anselmo Ralph 108 mil euros.

O Presidente alimenta empresas de fora do Concelho e clientelas políticas, em detrimento do investimento e do apoio ao tecido empresarial no nosso Concelho."

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua Intervenção:

"A informação financeira prestada pelo Sr. Presidente deixa-me incrédulo, mas vem no fundo dar razão ao que o PSD reiteradamente tem afirmado.



Assembleia Municipal de Caminha

O Presidente diz que não tem dinheiro! E não tem!

Gastou em ano e meio 1 milhão e duzentos mil euros, em restauração, hotelaria, concertos, palcos, som, luz, tendas, lonas, publicidade e comunicação e imagem!

A este propósito pergunta-se:

Empresa de Comunicação "Make It Happen":

Quem são? É que ninguém os viu.

O que fizeram? É que o presidente não diz!

Para que são necessários? Não tem já assessoria de imprensa? Não tinha já os técnicos da câmara? Não dizia que eram muitos? Para que foi gastar 30 mil euros a contratar esta empresa privada, mais uma avença?!

Fica a dúvida e porque o presidente não responde fica só o que diz a imprensa: "que esta foi uma empresa contratada por muitas Câmaras socialistas, aquando das legislativas";

Empresa "TAKE FILM"

Esta é a empresa que transmite estas assembleias, e pagou-lhe cerca de 14 mil euros por essas transmissões.

A este propósito pergunta-se:

Estas transmissões ficam gravadas? Arquivadas?

Podem ser consultadas pelos munícipes?

Ou apenas servem para o presidente se promover e "desliga o botão" quando os deputados da oposição intervêm?

A ideia seria boa, é boa! Embora às vezes não seja bonito de ver, pois estas transmissões têm posto a descoberto, para todos os visualizadores a sua desastrosa gestão municipal, assim como a forma como fica agressivo e não diz a verdade quando é confrontado com facto reais, aos quais não consegue responder, já para não falar dos gestos pouco próprios.

Por outro lado, é dinheiro mal gasto, porque estas transmissões, que são pagas com o dinheiro de todos os munícipes não ficam registadas em lugar algum, não podem ser vistas mais tarde, porque não existem nem na página do município, nem em qualquer arquivo público. Haverá algum motivo para isso, Sr. Presidente?



Assembleia Municipal de Caminha

Essa sua obsessão pela imagem e as estranhas coincidências da Take Film ter como promotor a TV Alto Minho e como parceiro a RITMOS dão que pensar, sobretudo quando a Câmara Municipal gasta num ano e meio com a empresa Rítmos e em concertos a verba de 100 mil euros.

Tudo gira à volta dos mesmos Concelhos e das mesmas empresas?!

Senhor Presidente

Não bastasse o desvario descrito acrescem agora as "surpresas" das quadras natalícias! Primeiro "fez guerra" com a informação municipal que o executivo anterior contratualizava, mas agora: "vende" informação municipal numa revista especializada!

E é o presidente, quem agora promove a concorrência desleal, patrocina empresas privadas, fornece os contactos, fornece as credenciais e lança uma revista de informação municipal.

O presidente promove e ajuda as empresas de fora do Concelho, do Porto, de Monção de Paredes de Coura, sabe-se lá para quê, mas promove-as à custa e para serem pagas por todos os munícipes e comerciantes do nosso Concelho.

Para o efeito, não bastasse já o prejuízo que tiveram com os encargos que o Senhor lhes impõe: pagam a iluminação de Natal, pagam o mercado, pagam as multas da ASAE que a Câmara manda aos seus estabelecimentos e ainda quer que sejam eles a patrocinarem-lhe e a pagar a revista, 5000 exemplares, que o Senhor vai distribuir nas freguesias para dar visibilidade à sua imagem, usando o dinheiro dos outros.

A Empresa editorial MIC, é uma empresa do Porto especializada em revistas municipais!

Para não mostrar que também faz informação municipal o Senhor esconde! Dá-lhe um outro nome. Aliás é uma estratégia sua que começa a ser recorrente sempre quer esconder algo.

A esta publicação que não passa de uma forma encapotada de veicular informação municipal chama-lhe Publicação de Natal, e ainda faz concorrência à comunicação social local, que cria postos de trabalho no Concelho, sem qualquer pudor,



Assembleia Municipal de Caminha

desvirtuando assim a necessidade de uma abertura de concurso público que ficasse ao alcance de todos os interessados.

Numa credencial, subscrita por V. Exa. aconselha a publicidade nesta revista de privados.

Questionamos Senhor presidente:

Que papel é o seu, no exercício de um cargo público para o qual foi eleito, para aconselhar publicidade numa ou noutra publicação?

Num município onde se exerce a gestão pública, o senhor passa credenciais e faz apelos a investimentos a favor de privados?

A gravidade desta atuação reside no fato de colocar os comerciantes a pensar que estão a promover os seus negócios e a investir em publicidade, quando na verdade estão a patrocinar a informação municipal e a imagem do Senhor presidente. Ou que interesses estão a patrocinar?

Que tipo de "clientelismos" está o Senhor a promover e a patrocinar?!"

O Senhor Presidente da Câmara, disse que quando algum deputado do PSD falar em interesses e clientelismo, poderá estar a um olhar para um espelho, mas não para o Presidente da Câmara atual, porque estes Senhores Deputados pensam que podem dizer tudo, mas, não o podem, porque a paciência esgota, e solicita para que haja alguma cuidado com este tipo de afirmações que aqui vão passando, uma vez, que já não é a primeira, nem a segunda e nem mesmo a terceira vez que isto acontece. Disse o Senhor Presidente que em outros momentos que isto aconteceu, houve deputados de outras bancadas que o afirmaram, e está a começar a atingir um ponto, que é aquele em vai ter que reagir através das instâncias próprias, e dessas instâncias os Senhores conhecem-nas bem.

Relativamente a disponibilidades o Senhor Presidente disse que não percebem nada daquilo do que estão ali a falar, porque disponibilidade é verdadeiramente o dinheiro que a Câmara Municipal tem ao seu dispor nas contas que tem para poder usar. Disse o Senhor Presidente que acha interessante a afirmação que se vai mexer nas contas das cauções, porque isso pode revelar alguma coisa que se fazia



Assembleia Municipal de Caminha

no passado. Disse ainda o Senhor Presidente que disponibilidade é o valor que a Câmara tem ao dispor, uns dias tem um valor, em um outro dia tem outro valor, como é natural, sai e entra dinheiro, e isto, sim, são disponibilidades. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que o executivo faz, é pagar aos fornecedores conforme as disponibilidades existentes, tendo sempre em consideração de pagar aos pequenos fornecedores do nosso Concelho, e mesmo existe uma ordem exarada do Senhor Vereador das Finanças que obriga a pagar os pequenos montantes aos pequenos fornecedores, com prioridade de outras questões, logo, isto ao PSD incomoda-os muito, porque mil euros em um pequeno fornecedor é muitas vezes mais importante do que 10 mil euros num grande fornecedor.

Disse ainda o Senhor Presidente que acha graça, quando dizem que se contratou a Ritmos de Paredes de Coura e a Marcobrinde, firma esta, que trabalhava com o anterior executivo e mesmo muitas outras empresas, referindo o Senhor Presidente de quais seriam os agentes locais que trouxeram a Aurea, a Marisa, certamente que foram agentes locais porque foi tudo grátis, referindo ainda o Senhor Presidente que esteve a ver o valor a pagar pela Rita Guerra, e foi o dobro daquilo que este executivo pagou.

Quanto à iluminação de Natal disse o Senhor Presidente que foi também ali dito que foram abandonados os comerciantes de Caminha e de Vila Praia de Âncora que sempre tiveram o apoio da Câmara, e isso é verdade, os comerciantes sempre tiveram apoio nas iluminações de Natal a colocar na Praça da Republica, Terreiro e entradas, e sempre foi pedido aos comerciantes para pagarem nas suas ruas, tanto em Caminha como em Vila Praia de Âncora, pensa que não andam a brincar. De seguida perguntou o Senhor Presidente se falaram com os comerciantes? Porque aceita outras críticas porque não se faz tudo bem, mas este tipo de crítica não o pode aceitar.

Disse ainda o Senhor Presidente que esta premissa que as contas estão assim porque as receitas diminuíram e as despesas aumentaram, mas, a verdade é que as despesas diminuíram, e quando se falar do orçamento vão verificar que irão continuar a diminuir. Disse o Senhor Presidente que as pessoas perguntam, Se é



Assembleia Municipal de Caminha

verdade ou não que se está a arruinar a Câmara? E ele pergunta; Qual a grande obra ou festa que este executivo fez? Será por se pagar 14 mil euros por estas transmissões online, que não se sabe aonde foram buscar este valor, uma vez que custam em média 600 euros por sessão. Pergunta mais uma vez o Senhor Presidente qual a empresa ou obra que agora cobra milhões, e vem dizer que são milhões e milhões de perdas. Referindo o Senhor Presidente que na primeira intervenção referem que ele gasta 1 milhão e depois na segunda intervenção 1 milhão e duzentos mil euros em hotéis e restauração, ironicamente, disse o Senhor Presidente que tem dormido bem, mas não gasta tanto, e disse que em um ano com todos os vereadores gasta aquilo que gastavam em um mês todos os vereadores do anterior executivo. Disse ainda o Senhor Presidente que nunca viajou para Moscovo, para o Brasil tanto para Norte como para o Sul mas o anterior executivo foi e mesmo a Bruxelas reiteradamente, o que não quer dizer que não viaje, mas não desse modo, diz o Senhor Presidente para que sejam sérios a falar sobre estas questões. Disse ainda o Senhor Presidente que o problema é que quando tomaram posse tinham a dívida de água para pagar, que eram 7 milhões de água que não foi paga, e pergunta mais uma vez o Senhor Presidente se fazem ideia do valor global dos empréstimos? E em resposta, disse que foram contraídos empréstimos ao longo dos anos no valor de 10 milhões de dívida que a Câmara Municipal tem, e de esses 10 milhões até hoje, foram pagos 3 milhões e 700 mil euros, sendo que 1 milhão e 700 mil euros já foi este executivo que pagou, e este executivo vai ter que arcar com estas responsabilidades, e vai trabalhar para se encontrar soluções. Disse ainda o Senhor Presidente que este trabalho resulta do esforço dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido e Rui Teixeira em conjunto, quando se faz por exemplo um contrato para limpeza urbana que custa menos 450 mil euros ano ao Município de Caminha, e também referiu o Senhor Presidente que se encontram soluções ao estar a negociar o problema que a Câmara tem com as Piscinas de Vila Praia de Âncora, que alguém quis fazer por birra, porque fizeram-se piscinas por todo o país através de fundos comunitários, sendo que outras formas, foram aquelas que não conseguiram ir aos fundos comunitários e pediram



Assembleia Municipal de Caminha

um empréstimo ao banco, e agora estão a paga-lo, e ainda existe uma outra forma de fazer piscinas que é propor a um privado que faça a piscina e comprometer-se a pagar anos a fio uma renda sobre essas piscinas, e foi assim que se fizeram as piscinas, e como Caminha foi bater à porta dos fundos comunitários e lhes foi dito que estas piscinas eram uma loucura, o executivo de então optou por fazer as piscinas com um privado, porque entretanto tinha recorrido à banca e esta também disse que face a situação financeira da Câmara Municipal, que não concedia. Disse ainda o Senhor Presidente que a solução foi assumir com um construtor civil esse custo que era na ordem dos 5 milhões de euros, eram inicialmente de 4 milhões mas como houve mais trabalhos, porque não estava englobado fazer a piscina, o tanque, e de esses 5 milhões de euros vai-se pagar 19 milhões de euros, paga-se uma renda que é o dobro da renda que a PPP paga, ou seja, o que fez o empréstimo à banca paga metade daquilo que o Município de Caminha paga, ou seja, este sim é um negocio sério e cria riqueza para Município de Caminha, não são os negócios ruinosos que este executivo cria.

Disse ainda o Senhor Presidente que também comentam que não há disponibilidade suficiente para pagar os vencimentos aos funcionários, mas, na verdade os funcionários não acreditam em uma palavra que diz o PSD, referindo o Senhor Presidente que relativamente a este mês vai pagar os vencimentos antes 5 dias, desta forma, saúda o PSD porque as estas matérias ajudam-no sempre a poder explicar aquela que é a verdade sobre a situação financeira do Município.

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 25 de setembro 2015

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 25 de setembro e 01 de outubro 2015”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, relativa às **“Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, apresentou o seguinte requerimento:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha

Na qualidade de Deputado Municipal do Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha, solicito a V.Exa, a retirada da ordem de trabalhos, do ponto: Alínea c)- Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, com os seguintes fundamentos:

1 - O artigo 270, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte ocorre na sessão de novembro.



Assembleia Municipal de Caminha

2 - A Lei estabelece alguma liberdade na marcação das sessões ordinárias da assembleia municipal. Porém, no que diz respeito à aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte a Lei 75/2013, de 12 de setembro, é determinante e não restam dúvidas de que terá que suceder na sessão de Novembro.

Mas não foi isso que aconteceu em Caminha.

Por incapacidade do executivo camarário de preparar os documentos necessários atempadamente ou, por desconhecimento da Lei, ou ainda, o que seria mais grave, por vontade expressa de violar a Lei. Seja por que motivo for, os deputados do PSD não estão dispostos a pactuar com ilegalidades e recomendam vivamente que o senhor Presidente da Assembleia Municipal também não o faça.

Face ao referido os deputados do PSD vêm requerer que V. Exa. se digne retirar da ordem de trabalhos a alínea c), do ponto n.º 3 referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 por incumprimento da referida norma legal.

Em nome do superior interesse municipal, a bancada do PSD até estaria na disposição de desvalorizar esta ilegalidade resultante deste documento não ter sido discutido e votado em novembro, mas não poderemos aceitar a grave ilegalidade de o Orçamento não contemplar na rubrica da Despesa o montante do empréstimo de curto prazo, no valor de um milhão de euros.

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, no seu artigo 500, n.º 1, estabelece que os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que forem contratados.

Assim e porque o município vai contratualizá-lo em 2016, terá de pagá-lo também em 2016, para dar cumprimento à Lei e ao próprio contrato, cuja minuta foi junta ao processo de empréstimo e, o refere expressamente, para isso, teria de ter inscrito o respetivo montante na Despesa, o que só não aconteceu, porque isso refletiria uma outra ilegalidade, ou seja, uma despesa superior á receita em um milhão de euros, o que violaria o princípio do equilíbrio orçamental.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas a não inscrição de um milhão de euros na despesa também constitui uma ilegalidade grave pois trata-se uma omissão que visa esconder deliberadamente uma despesa para conseguir "aparentemente" e "formalmente" um orçamento equilibrado, quando a realidade é que se trata de um orçamento deficitário e ilegal. Face ao referido os deputados do PSD vêm requerer que V. Exa. se digne retirar da ordem de trabalhos a alínea c), do ponto n.º 3 referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 por ser manifestamente ilegal."

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que não está em condições de tomar uma decisão pelo que propõe a votação, se se deve retirar este ponto da ordem de trabalhos.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e disse, que como o Senhor Presidente não está em condições de tomar uma decisão, e eles também não estão em condições de o fazer, uma vez que, só agora tomaram conhecimento do requerimento o qual não foi previamente distribuído para que se pudesse analisar todos os argumentos que lá estão escritos, pelo que, não se pode tomar uma decisão baseada em muito pouco daquilo que se conseguiu perceber sobre todos os argumentos da leitura do requerimento. Disse o Senhor Deputado que precisam de conhecer o requerimento e referiu ainda que poderá no passado ter havido algumas dificuldades, e pede desculpa à bancada do PSD, é que já aconteceu no ano passado e volta a acontecer este ano e o que parece ao Senhor Deputado é que a preocupação do PSD não é discutir o orçamento, é impossibilitar que o orçamento seja discutido, uma vez que se recebeu com bastante antecedência os documentos, o que daria para evitar esta situação. Disse ainda o Senhor Deputado que percebe a estratégia política, porém deixa uma Assembleia em suspenso e obriga-a a tomar uma decisão sobre algo que não pode tomar.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa**, fez uma interpelação à mesa, e disse que concorda com algumas questões que referiu o Senhor Deputado Celestino Ribeiro, porém, não pode deixar passar para o PSD o ónus de ter avaliado as propostas e de as ter comparado com a legislação em vigor. Disse a Senhora Deputada que o PSD constatou que algumas normas legais ali citadas não foram cumpridas e quem tem que verificar os requisitos legais não é a bancada do PSD, foram constadas duas ilegalidades, que são inultrapassáveis, pelo que, se está a solicitar para que seja retirado o ponto por não estar a cumprir a Lei, não deixa de admitir a Senhora Deputada que tenha sido uma surpresa, porém, isso não quer dizer que seja o ónus do PSD.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez uma interpelação à mesa, e solicitou ao Senhor Presidente da Mesa, para que as bancadas ali representadas reunissem com os seus líderes para conferenciar juntamente do Senhor Presidente.

O **Senhor Presidente da Mesa**, fez uma pausa para que os líderes de bancada conferenciassem.

O **Senhor Presidente da Mesa** disse que após discursão dos líderes de bancada chegou-se a uma conclusão, e referiu que este tipo de irregularidades levantadas pela bancada do PSD já tem antecedentes de aprovação em dezembro, pelo que, dar-se-á continuação à discussão do ponto.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, deu início à sua intervenção:

“Como Presidente de Junta, é com agrado e satisfação que vejo englobadas nas grandes opções do plano e orçamento municipal para 2016 duas das muitas reivindicações feitas, não só, por esta junta a que presido, mas por muitos Ancorenses.

Estas Reivindicações são, sem dúvida, um apelo a intervenções essenciais para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos Ancorenses.



Assembleia Municipal de Caminha

Obras essas que passo a citar:

Passagem Hidráulica da Rua de Vales, verba disponível conforme documentos do PPI para 2016 - 121.900,00€. Obra importantíssima para pôr fim à estagnação daquela rua.

Requalificação do nó da Erva Verde, incluindo evidentemente a Rua Rodrigo Lourenço da Rocha, verba disponível conforme documentos do PPI para 2016 - 265.000,00€, verba disponível para 2017 - 106.000,00€, valor total da empreitada previsto em 371.00,00€. Obra urgentíssima devido à falta de infraestruturas de coletor de drenagem de águas pluviais naquela zona, ficando as águas acumuladas na via e originando, ao longo dos anos, o completo estrago do piso.

Senhor Presidente e restante executivo, conforme referi, reconheço a importância destas obras para a Freguesia de Vila Praia de Âncora e também reconheço o esforço financeiro que o Município de Caminha vai fazer para as concretizar. Assim, em nome da Junta de Freguesia e de todos os Ancorenses, agradeço a sensibilidade e o reconhecimento da urgência nas mesmas.

Senhor Presidente, os Ancorenses irão, a partir de hoje, aguardar com muita expectativa que estas obras não passem apenas de uma promessa escrita no orçamento para 2016, mas sim, que as mesmas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Como deve compreender, é meu dever pugnar pela melhoria de vida dos Ancorenses, por isso, e aproveitando a sua presença do Sr. Presidente, quero relembrar que, há um ano atrás, neste mesmo local, foram elencadas por mim, outras importantes obras para esta freguesia, como é exemplo a requalificação da Rua 13 de Fevereiro, uma artéria vital para quem se desloca para a praia ou zona do Portinho, tendo já V. Exa, conhecimento de todos os problemas que esta rua apresenta.

Foi também apresentada e votada, na mesma Assembleia Municipal, uma proposta com o nome "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona da Sandia". Esta delimitação compreendia uma grande área que poderia ser abrangida e alargada com melhoramentos a nível de infraestruturas de redes de abastecimento



Assembleia Municipal de Caminha

de água, drenagem de águas pluviais, águas residuais domésticas e melhoramentos de pavimentação. Mais ainda, a tão desejada travessia junta á rotunda da A28.

As ruas que estavam incluídas nessa proposta de delimitação eram: Rua Júlio Dinis, Rua Eça de Queiroz, Rua da Vista Alegre, Rua da Póvoa, Rua 25 de Abril, Rua Luis de Camões, Rua de Gontinhães e Rua de Pardinheiros.

Estas obras são muito importantes e urgentes para a resolução do problema das águas pluviais provenientes da drenagem da A28, que tanto tem prejudicado e preocupado muitos moradores, principalmente das ruas Luís de Camões, Sandia, Vista Alegre, etc.

Senhor Presidente não pense que esta minha intervenção é um ato político, mas, como Presidente de Junta, tenho a obrigação e o dever, perante todos os Ancorenses, de estar informado sobre em que ponto se encontra esta situação e ainda mais depois de ter votado favoravelmente essa proposta.

Fiquei preocupado porque não vi esta obra, contemplada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016.

Em nome da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, um Feliz Natal e um Próspero Ano.”

O **Senhor Deputado Pedro Ramalhosa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e deu início à sua intervenção:

“Gostaria de começar esta análise a este Orçamento através de uma mostra de apreço, pelas freguesias que, ao longo de muitos anos foram deixadas ao abandono quase completo, pelo anterior executivo e que por fim vêm o seu esforço e dedicação dar frutos, através do investimento por forma de saneamento em duas das mais prejudicadas freguesias, como são o caso de Argela e Vilar de Mouros. Também pelo continuo esforço nos avanços nas obras da Biblioteca municipal, e terminando pelo apoio em forma de transferências a executar no cineteatro dos



Assembleia Municipal de Caminha

Bombeiros de Vila praia de Âncora, sim porque aqui ninguém se apodera de obras que não são suas, até porque, a obra é num local privado e como tal é ilegal investir dinheiros públicos em locais privados, coisa que o anterior executivo por diversas vezes se esqueceu, como o caso do campo de futebol do Âncoreense ou do pagamento de dividas à segurança social da ACIVAC, mas este executivo não se esquece de seguir a lei.

Referente ao orçamento, por fim, sim por fim, um orçamento abaixo dos 20 milhões de Euros.

Pelo resumo deste documento, se consegue comprovar que só em despesas de capital e com pessoal, dois terços do total da despesa já estão consumidos, mas isto não é nada de novo, já que estes resultados são os que nos deixou o grande legado do Executivo PSD. E como nestas despesas não se podem fazer cortes, resta-nos cortar na despesa de áreas de maior sensibilidade e num menor investimento nas ditas "obras".

Há mais de uma década que as receitas correntes estão muito longe de alcançar o total das despesas em conjunto, mas por fim, este deixa-nos já muito perto de o conseguir, mostrando-nos que seguindo esta linha de ação dentro de dois anos senão mesmo no próximo ano, por fim, poderemos estar em linha de crescimento económico real, isto é, com capacidades financeiras e de tesouraria de investir sem recurso a entidades bancarias.

Mas também desta análise e lendo noticias que mais parecem pasquins, verifico que, ou os caminhenses são muito ingénuos, ou o PSD os trata como se o fossem, ou simplesmente o PSD não tem ninguém, com capacidade de análise de um documento contabilístico. Porque li algures e passo a citar "...o Dr. Miguel Alves, para contornar a situação, quase duplica o numero de pessoas a trabalharem no município, mas a recibos verdes..." fim de citação.

Ora não entendo onde vão buscar estas ideias, mas já começa a ser um hábito deste PSD, a tentativa falhada de difamação e mentira, senão vejamos:

Remunerações certas e permanentes 3,9Milhões de Euros.

Pessoal em qualquer outra situação (recibos verdes e outros) 196mil euros.



Assembleia Municipal de Caminha

Ou seja, menos de 5%, ora de 5% para 50%... vai uma pequena diferença.

Quanto ao PPI, após tantas críticas de novo por parte dos pasquins do PSD, na área social só estão previstos 80mil euros. Ora segundo o PPI para 2016 estão previstos quase 5 milhões de euros para a Área social dos quais 1 milhão de euros já está definido.

Serviços culturais estão previstos 3 Milhões de euros dos quais 1 milhão já definido, esperem eu disse 3 bem menos dos 5 da área social certo? Por fim desporto, recreio e Lazer, 875mi1 euros, já definidos 200mil.

Mas afinal o que é isto?

Segundo a teoria da conspiração criada pelo PSD, o pelouro da cultura que tanto gasta não é quem tem o maior orçamento, quem tem o maior orçamento é quem o PSD prega ter o menor, mas claro também a isto já estamos todos habituados, já que durante 12 anos não se lembraram da pasta social e agora são os maiores defensores da mesma. Como o velho provérbio popular, olha para o que digo, não olhes para o que faço."

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, deu início à sua intervenção:

"Este é um orçamento Slim fit que o presidente chama Slim fit.

Diz o presidente que é: "...um orçamento que emagrece porque corta na despesa...."

Analisados os documentos verifica-se exatamente o contrário: este orçamento prevê um aumento de despesa de cerca de um milhão de euros.

Preocupante é o aumento da rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, que aumenta 600 mil euros, passando de 7.800.536€ em 2015 para 8.430.042€ em 2016.

Muito mais preocupante é a redução da rubrica das despesas de capital, que inclui os investimentos do Plano Plurianual de Investimentos e as transferências para as Juntas de Freguesia e para as famílias;

Esta rubrica sofre uma redução brutal de dois milhões e meio de euros, em relação a 2015, reduzindo de 7 milhões em 2015 para 4 milhões em 2016.



Assembleia Municipal de Caminha

Ora se tivermos em conta que em 2014 nesta rubrica estava inscrita a verba de 6 milhões rapidamente percebemos e concluímos que ao contrario do que afirma, este executivo está a cortar e a reduzir drasticamente, nos investimentos e a gastar mais nas despesas.

Daí não se compreender, nem se aceitar, que afirmem neste relatório "....Sobre esta matéria, seria exaustivo repetir a evidência da previsão de diminuição de despesa que este documento apresenta...."

Não se aceita porque analisados os números ou é mentira, ou não estamos a falar do mesmo documento.

A verdade é que pretendem aumentar a receita à custa de quem menos pode pagar alimentar gastos brutais em festas e festinhas porque não podemos falar de política cultural e assim propõem um aumento de 1.000% na cobrança das rendas da habitação social reduzindo o apoio a famílias carenciadas.

O apoio às famílias reduz de 216.350€ em 2015 para 86.621€.

Afirmam que vão fazer um tremendo esforço financeiro com a obra do Nó da Erva Verde, no valor de 560 mil euros mas ao analisarmos o PPI apenas vemos verbas para 2016 no montante de 265 mil euros e para 2017 no montante de 106 mil, logo o relatório não bate certo com as verbas inscritas no PPI.

São constantes as omissões e os erros:

No mapa do Plano de Atividades Municipal consta o valor de 746.100€, mas depois na rubrica do orçamento 02.02.25.04 tem apenas 718.550€!

Omitem informação sobre como pretendem resolver questões financeiras pendentes da Quinta da Barrosa, com a entrega de 3 apartamentos ou o pagamento do valor de 240.000€.

Omitem que é o pior PPI dos últimos 4 anos, porque se fica pelos 2.706.154€, contrariamente ao de 2013 que foi de 6.515.420€ e é cerca de 50% do PPI de 2015, que foi de 5 milhões e 60% do PPI de 2014, que foi de 4 milhões.

Omitem a obrigação de pagar á empresa de recolha dos lixos as faturas desde finais de 2014 e que, acrescidas aos custos de 2015, o valor orçamental teria de ser muito superior para comportar pagar a divida acumulada.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim como, omitem as dívidas das rendas das piscinas de VPA e das faturas da água e do saneamento.

Nem uma nota no relatório de marketing presidencial!

Não justificam a intenção relevada no orçamento de recorrer novamente ao empréstimo de curto prazo- para gestão de tesouraria - de um milhão de euros, nem de cumprir o determinado na lei 73/2013 de 3/9, ou seja, de o pagar no ano de 2016. Não o incluem na despesa!

Eliminam pura e simplesmente uma série de obras, por todo o Concelho e especificamente em Vila Praia de Âncora e depois ainda querem capitalizar politicamente com o alegado orçamento participativo que dizem ser uma nova forma de trabalhar e de mobilizar o Concelho que rompe com o passado... cujo montante de 180 mil euros, rebuscando o documento, tanto no PPI como no orçamento não encontramos refletido, será isso a nova forma de trabalhar?

Concluem referindo-se ao investimento público como "virtuoso"...e nós perguntamos: será porque apenas releva um conjunto de pequenas obras, ou por representar apenas cerca de 50% do investimento do ano anterior?

Respondemos nós!

Este é um documento pobre, que não refere como vai resolver os problemas que o município enfrenta: como seja a falta de liquidez e como vai assegurar os pagamentos mensais dos trabalhadores e dos fornecedores, ao ritmo a que gasta e aumenta despesa!"

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção:

"A CDU regista uma vez mais que a interpretação deste executivo, liderado pelo Partido Socialista, à semelhança do anterior, liderado pelo PSD, no que respeita ao Estatuto do Direito de Oposição, não coincide com o que entendemos ser o espírito da Lei. Não há espaço efetivo para uma discussão de prioridades, nem uma auscultação prévia às decisões do executivo. Tal como no Orçamento Participativo, é-nos apenas comunicado que as nossas propostas só terão cabimento se forem de encontro com as do executivo, mais até porque o orçamento não permite outras



Assembleia Municipal de Caminha

opções, e acima de tudo entramos como saímos, sem um documento, obrigando-nos a um exercício de memória se sobre o assunto quisermos falar. No entanto não deixamos de valorizar que há uma tentativa de cumprimento deste estatuto, bem como franqueza na comunicação que nos é feita, e este ano até todos recebemos, com tempo mais que suficiente, o documento, evitando a situação sui generis do ano passado, valendo a boa vontade dos que têm representação simultânea na Câmara Municipal de Caminha e Assembleia Municipal de Caminha.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento são de facto um conjunto de documentos que definem a estratégia de ação de uma qualquer liderança. É este o preceito que ao longo dos anos temos defendido, é esta a lacuna que continuamos a detetar. Não deixa de ser verdade, contudo, que no documento agora em discussão se possa ler nas entrelinhas as ações prioritárias e aquelas que passarão para segundo plano, percebendo-se o adiamento do mercado municipal de Caminha no contraponto da prioridade na conclusão da biblioteca, que acompanhada do apoio à Associação Humanitária dos bombeiros voluntários de Vila Praia de Âncora na recuperação do Cine -Teatro, serve de perceção de alguma dinâmica cultural no concelho a partir do próximo ano. No entanto não se vislumbra nenhuma estratégia que nos defina em absoluto. Tornar-nos-emos um município de grandes eventos culturais? Faremos dessa ação cultural o mote de desenvolvimento do concelho? Então e a educação globalizante e integradora, capaz de acolher mais alunos? Serve a simplicidade de uma aposta baseada em contratos de autonomia, alimentação e transportes? Não é perceptível de facto que esta seja a estratégia, parecendo mais um aproveitamento de obras que se geram na oportunidade, e não uma ação de fundo na identidade do concelho. A prova que este documento não alinha com o do ano anterior está na mudança de discurso no preâmbulo do documento, o que nunca aconteceria num cenário de estratégia bem definida, mas que permite introduzir a veia lírica, carregada de metáforas e analogias à cultura saudável. Se há um ano tínhamos um orçamento vitaminado, agora temos um Orçamento tonificado, com a importação anglo-saxónica de Slim Fit. Para o ano proponho uma incursão no Orçamento Musculado, ao ritmo do



Assembleia Municipal de Caminha

Zumba, mais popular e animado, para dar uso ao orçamento vitaminado de 2015 e aproveitando o tonificado de 2016.

Mas então o que podemos esperar no próximo ano, lido a partir deste documento? Em primeiro lugar há uma manifesta dificuldade em arrecadar receita, e este é o problema com que a Câmara se depara. Não é uma opção deste executivo emagrecer o orçamento; é antes um constrangimento face ao qual não encontram solução. Aliás, a teimosia em recordar a herança do PSD, dois orçamentos depois de iniciarem funções, é a prova acabada do ciclo financeiro que tem governado o discurso político do PS e do PSD, sendo esta assembleia testemunha disso mesmo. Reconhecemos, no entanto, a dificuldade na implementação de um projeto político alternativo quando o saneamento das contas públicas se sobrepõe. Estamos certos que todos os presentes gostariam de gerir os desígnios do concelho num cenário de folga orçamental. Mas na verdade ninguém pode, recorrentemente, suportar a argumentação na fatalidade dos números.

O PS apresenta um dos orçamentos mais baixos, e assumindo a dificuldade na arrecadação de receita muda o paradigma face ao ano anterior, onde defendia a relação direta entre o aumento da despesa de capital e o aumento das receitas por via do incremento da atividade económica no concelho. Veremos na discussão do relatório e contas de 2015 se esta relação se verificou ou não. Mas a verdade é que estamos num ponto de rutura com as intenções deste executivo, embora se compreenda a argumenta que a opção do PS encerra. Este emagrecimento orçamental trará um ajustamento entre as previsões e a realidade, gerando, provavelmente, uma taxa de execução maior que aquela a que nos habituamos, mesmo com correções orçamentais. Mas a verdade é que temos também um país em mudança, alimentando alguma esperança da devolução de meios mais ajustados para as obrigações do poder local, e a estratégia 2020 está também com indícios de incremento a partir do próximo ano, com abertura de um maior número de candidaturas, de maior disponibilidade de verbas, de maior capacidade de execução.



Assembleia Municipal de Caminha

Por isso não concordamos com ele nem com a visão política que o enquadra. Não é o orçamento da CDU, mas sim do PS, por isso, não viabilizaremos este orçamento.”

O **Senhor Deputado Rui Lages**, deu início à sua intervenção:

“O Executivo Camarário liderado pelo Presidente Socialista Miguel Alves, apresentou-nos um Orçamento para 2016, que se mostra exequível, realista, ponderado, sem megalomanias, mas astuto e incisivo nos termos da sua ação.

O PSD diz-nos que este é o pior orçamento de que há memória, que as contas estas forjadas, que não há dinheiro para as Instituições, para as crianças, para os velhinhos, para os fornecedores e para os funcionários.

Todos nós já conhecemos bem a ladainha deste PSD cinzento, pesado, moribundo, desnorteado e apoiante da maledicência, do descrédito, das inverdades, do mal dizer.

Mas vamos que importa. Vamos à realidade do concelho. À verdade dos factos.

Debatemos um Orçamento “Slim Fit”. Um orçamento que corta nas gorduras do Município, mas que investe nas pessoas e tonifica as nossas empresas e escolas.

Este Orçamento prevê uma despesa que é a mais baixa dos últimos 10 anos.

Cortou-se 1,5 milhões de euros relativamente ao ano passado. Comparativamente ao ano de eleições de 2013 há uma diminuição da despesa superior a 4,1 milhões de euros.

Os cortes nas gorduras são imperativos e necessários. Muitas foram as loucuras e as más opções que o anterior executivo do PSD tomou. Deixou uma débil situação financeira no Município que cabe agora aos eleitos do PS resolver.

E aos poucos, sem artificialismo, sem maquilhagem de contas, sem empréstimos encapotados, temos vindo a resolver a saúde financeira da autarquia.

Este orçamento visa continuar o esforço no sentido de equilíbrio das contas do município, mas ao mesmo tempo procura potenciar a economia do concelho, apontando para o futuro de forma real, sustentada e transparente.



Assembleia Municipal de Caminha

Só uma gestão rigorosa e de poupança permitirão o Município sair da catástrofe financeira que o PSD criou quando estava ao leme da autarquia.

A gestão rigorosa, a título de exemplo, passou também pela poupança que este executivo fez na área da recolha dos resíduos sólidos, tendo havido uma diminuição dos gastos na ordem dos 45%.

O Partido Socialista está confiante na execução deste Orçamento, pela sua veracidade, transparência e empenho em equilibrar as contas públicas da autarquia."

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção:

"Senhor Presidente falando com clareza, transparência e em bom português dizemos-lhe que este é um Orçamento Bicéfalo, um Orçamento que divide, um orçamento redutor, mas mais grave, um orçamento errado nas contas ou com as contas erradas, escolha o Senhor;

Este é um orçamento bicéfalo porque na sua conceção:

Se vê claramente que é um documento construído em duas medidas e por duas pessoas.

Pelo Vereador do pelouro que com uma consciência clara da gravidade da situação financeira delicada em que se encontra o Município, se preocupou e teve de fazer as contas e fazer os cortes e elaborou o orçamento propriamente dito;

E pelo Presidente que enquanto o vereador fazia as contas, foi para Lisboa, para as lides de que verdadeiramente gosta, as do partido, e quando chegou, pegou no documento mais importante e sério da vida do Município, fez piada fácil, chamou-lhe "slim fit" e construiu um relatório impregnado de marketing presidencial!

Sempre que o Senhor tem que falar verdade, não fala em português, recorre a estrangeirismos para confundir e baralhar!

Marketing e comunicação são a sua praia! Está delirante em mostrar serviço para Lisboa, com os recursos do Município.



Assembleia Municipal de Caminha

Este é um orçamento que divide, porque: - A vereadora da Educação e da Ação social, cansou-se de não ter meios nem verbas para cumprir as promessas, desenvolver o seu trabalho e bateu com a porta;

Já o ano passado no segundo orçamento da Câmara Municipal, o vereador do pelouro não se levantou para o defender;

Este ano, enquanto o senhor foi para Lisboa e deixou o vereador a tratar do orçamento, o senhor com um documento sério fez piada fácil e chamou-lhe "slim fit".

O Senhor atira assim com "inglesismos" para enganar e distrair, mas como nós PSD como falamos com clareza transparência e sobretudo em bom português traduzimos para que todos percebam que a expressão "slim fit " significa magro ou redutor, e a verdade é:

Este é um orçamento que reduz porque:

Ao contrário do que quer fazer crer no seu relatório de marketing político não reduz a despesa, antes e infelizmente reduz o investimento, por isso é redutor!

Reduz o investimento em mais de um milhão de euros;

Reduz no investimento e nas prioridades reduz pelas piores razões:

Reduz apoio às famílias em 60%!

A verdade é que a única rubrica deste Orçamento que aumenta é a rubrica da despesa:

Despreza o que é prioritário e canaliza os recursos para o que é secundário:

Gasta como já demonstrámos, balúrdios de dinheiro em propaganda, marketing, publicidade, avenças e comunicação e depois corta e reduz na ação social e nas transferências para as freguesias principalmente se forem do PSD, fazendo perseguição e discriminação política com os recursos do Município;

Este é um orçamento com as contas erradas porque:

O Senhor diz no marketing político, pago com os nossos impostos que aumenta o apoio na Educação, mas mais uma vez não é verdade!



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor fez dos pais tesoureiros do Município, obrigou-os a entregar os valores das refeições dos filhos na Câmara, para depois os transferir para as Escolas e dizer que aumentou os apoios à Educação! Reduziu o apoio às famílias em 60%!

O Senhor diz no marketing político que o concurso de recolha de resíduos traduz um decréscimo anual de 45% mas, mais uma vez não é verdade porque só reduz 5%!

Diz que poupa, mas mente!

O Senhor tem um "rombo " na despesa de 1 milhão de euros!

O Senhor para cobrir o "rombo" lançou o empréstimo de curto de prazo de 1 milhão de euros na receita e omitiu-o na despesa!

Senhor Presidente,

Não bastasse não cumprir a Lei e não apresentar este documento em sessão obrigatória em novembro, o Senhor tem uma "bota maior ainda para descalçar".

Tem um orçamento com uma despesa superior à receita em 1 milhão de euros!

É um orçamento errado!

É caso para dizer que "tudo gira" à volta do milhão de euros!

Conclusão este é um orçamento, errado, "slim fit" nas suas palavras, redutor nas nossas porque:

Atira Caminha para o atraso em comparação com os outros Municípios;

Mergulha Caminha num vazio;

Não traduz nem uma política cultural, nem política para o turismo, nem estratégia para o desenvolvimento económico do nosso Concelho;

Revela que o senhor não tem estratégia para o presente e para o futuro porque a única coisa que faz é desculpar-se com o passado!"

O **Senhor Vereador Rui Teixeira** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e disse que o Orçamento para 2016 está abaixo do 20 milhões, adequado às receitas que o Município pode dispor, não está empolado



Assembleia Municipal de Caminha

como se verificou em 2013, que se deveu à venda de património do Município, para fazer face as despesas de tesouraria, como se tem como exemplo a venda das Eólicas os empréstimos contraídos que ainda se estão a pagar, e mesmo assim, este executivo conseguiu apresentar um orçamento reduzido e adequado as receitas do Município. Disse o Senhor Vereador que o Orçamento prevê do lado da receita a continuação do ano anterior com a redução do IMI, do IRS e da DERRAMA, para com isso se poder ajudar quer as empresas para poderem incrementar o seu quadro de pessoal e às famílias para poderem aumentar o seu poder de compra. Disse ainda o Senhor Vereador que do lado da despesa aí existe um corte, apesar do executivo querer fazer mais, mas, não pode, porque o orçamento é praticamente todo ele gasto com todos os compromissos que foram assumidos ao longo dos anos, como por exemplo com as Piscinas Municipais, a Câmara Municipal gasta anualmente 1,2 milhões de euros, com empréstimos e acordos cerca de 800 mil euros, ou seja, só aqui são gastos 2 milhões de euros do orçamento. Relativamente ao PPI o Senhor Vereador disse que fruto do desequilíbrio em termos de receita, este é um ano que o executivo não pode fazer grandes investimentos, apesar de isso, existe um esforço em se fazer o saneamento em Argela e Vilar de Mouros, a segunda fase de Âncora, Nó da Erva Verde e o Orçamento Participativo, sendo estes os investimentos de maior relevância inscritos em PPI. Disse o Senhor Vereador que o Orçamento é um documento que tem que estar equilibrado tanto do lado da receita como do lado da despesa, logo, como a despesa do Município está cortada com compromissos referidos no início, pelo que se deve a estes compromissos assumidos que o PPI para o ano 2016 seja mais reduzido.

Disse o Senhor Vereador que tinha sido referido o empréstimo contraído por este executivo, sendo que, esse empréstimo será utilizado para fazer face as sentenças judiciais dos processos que o anterior executivo encetou, logo, este é o orçamento que este executivo tem para apresentar, pretende-se que seja eficiente e adequado às possibilidades do Município.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse por fim o Senhor Vereador que foi para isso que foram eleitos para fazer o melhor e possível para o Concelho de Caminha.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que vai complementar aquilo que o Senhor Vereador Rui Teixeira muito bem demonstrou, e responder a algumas das matérias que ali foram colocadas.

Disse o Senhor Presidente que a postura do atual executivo é de manter e de trabalhar para que haja um equilíbrio efetivo naquilo que é o orçamento para depois se refletir nas contas. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo o executivo fez, foi prever a receita do Município, prever aquilo que se podia arrecadar através dos impostos, da transferência de estado, das taxas que derivam da atividade económica, para depois, face a essa previsão acomodar um montante de despesa, como nas famílias face aos seus salários, porém isto, nem sempre aconteceu na Câmara Municipal. Disse o Senhor Presidente que nos últimos anos o exercício era feito ao contrário, imaginava-se aquilo que se queria prometer as pessoas num determinado exercício, as obras que se pretendiam fazer, tudo aquilo que seria interessante colocar no orçamento, e só depois, é que se via que tipo de receita existia para fazer face a isso, e como não batia certa a receita com a despesa que se pretendia, inventava-se receita prevista para se poder fazer face, e fazia-se do seguinte modo: dizia-se que se ia vender património municipal, que se aferia determinado montante em termos de pagamento de água ou de taxas, o que nunca chegava. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que este executivo pretende é ser o mais realista possível, e para isso, torna-se necessário perceber que a Câmara Municipal de todos os impostos diretos que cobra e de todas as transferências de estado, são consumidas pela Câmara Municipal nas despesas com o pessoal, nas despesas com as piscinas, nas despesas com a limpeza, nas despesas com a iluminação pública, nas despesas com os empréstimos e nas despesas com os juros ou encargos dos empréstimos, o que perfaz um valor de 11 milhões e 600 mil euros, e disse o Senhor Presidente que é aqui que os Presidentes de Juntas se assustam, porque se perguntam, e as Juntas de



Assembleia Municipal de Caminha

Freguesia? E a Cultura? E a Educação? E a Ação Social? Mas para isso tem que se encontrar as respostas fora dos impostos e das transferências de estado. Disse ainda o Senhor Presidente que este orçamento é o mais baixo dos últimos 10 anos, e mesmo até de há muitos anos, porque é realista e sério. Disse o Senhor Presidente que ainda há pouco assistiram a um momento de falta de seriedade do ponto de vista daquilo que é o orçamento, viram uma análise sobre os valores que este executivo diz que pagou quanto à limpeza urbana, onde no próximo ano se vai poupar 450 mil euros, contudo, são atacados porque não pressupuseram daquilo que deste ano não se conseguiu pagar e passa para o próximo ano, isto refere a primeira intervenção. Referente à segunda intervenção disse o Senhor Presidente que proferiram que não estava prevista a poupança de 45%, apenas está 5%, isto porquê, porque se vai pagar este ano no orçamento aquilo que são os meses normais de este ano, mais aquilo que está para trás, porque é assim que se trabalha, isto sim, é trabalhar com seriedade.

Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que este executivo faz é ter o orçamento mais baixo dos últimos 10 anos, e isso, significa que, tem a menos 1.5 milhões em relação a 2015, menos 3 milhões de euros relativamente à média dos 5 anos anteriores e menos 4.1 milhões relativamente ao orçamento da loucura de 2013, faz-se isto a tentar encontrar soluções na receita, mas nunca prejudicando as famílias, ao não aumentar o IMI, o IRS e baixando a água, e isto faz-se sem se perder as prioridades. As prioridades são aquelas que estão elencadas e que dizem respeito às obras, disse o Senhor Presidente que se ouviu ali o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora a reconhecer o esforço que este executivo tem feito para poder capitalizar as obras ao máximo em Vila Praia de Âncora, e como é natural, a pedir que se façam outras obras, mas isto tem que ser acomodado realisticamente, porque aquilo que se tem são grandes obras planeadas para este ano, e existe uma diferença entre este executivo e o outro, e aquilo que o Senhor Presidente disse é que nunca disse que no anterior executivo não se tenham feito obras, realçando como exemplo a obra das piscinas que está por pagar, sendo esta uma das diferenças, uma outra é o caso da Casa Mortuária



Assembleia Municipal de Caminha

de Dem que este executivo também está a pagar, e ainda este executivo pagou uma parte substancial da obra do Teatro Valadares, atualmente, as obras deste executivo estarão praticamente pagas como a Ecovia, a Biblioteca que ainda não está pronta e já está paga, tudo aquilo que se foi fazendo ao longo do tempo está praticamente tudo pago, ora, faz-se a obra e paga-se logo de imediato, logo, este procedimento coloca uma grande pressão sobre aquilo que se tem a fazer. Disse o Senhor Presidente que uma obra importante que quer realizar é a do Nó da Erva Verde, o Mercado de Caminha, obras a realizar em freguesias, como a Rua de Varziela, Parque Infantil de Gondar, da 2.ª Fase da Cabreira, da Zona Sul do Paredão de Moledo, atualmente, o executivo não está a investir mais do que este ano, porque não tem capacidade para o fazer, apesar de desejar poder investir muito mais. Disse ainda o Senhor Presidente que não vai deixar de apostar na Educação e na Ação Social, como foi ali dito, pois, não corresponde à verdade, porque, as vezes olham para as rubricas e retiram-se extrapolações que não fazem sentido, como, que este "executivo deixa de apostar nas famílias, que aposta na educação à custa das taxas e valores pagos pelos pais", isso não é verdade, porque, faz-se um maior esforço, por exemplo nos transportes escolares, uma vez que foi este executivo que implementou a gratuidade em todo o Concelho para todos os alunos até ao 12.º Ano e para fora do Concelho se não existir no Concelho. Referiu o Senhor Presidente que este é o segundo ano onde existe maior investimento em termos de orçamento na educação e famílias, onde está previsto fazer-se um investimento de 1 milhão e 141 mil euros, e, por exemplo, em 2012 investiu-se 820 mil euros, em 2010 investiu-se 800 mil euros, e referiu ainda que se se analisar a rubrica destinada às famílias está um montante inferior aquilo que estava proposto para 2013, porque foi retirado do apoio às famílias fatias tão fundamentais e estruturantes como a compra de porcos para dar as pessoas, e assim, partilha o Senhor Presidente a vontade do seu executivo.

Disse ainda o Senhor Presidente que percebeu a preocupação do Senhor Deputado da CDU quanto à estratégia ligada à cultura, uma vez que está um pouco



Assembleia Municipal de Caminha

distante daquilo que o executivo entende quanto à visão estratégica ligada a essa matéria.

Disse por fim o Senhor Presidente que começa a ser fastidiosa esta teimosia de se falar no passado, mas o passado cai com estrondo na sua ação política e disse que ouviu todas as intervenções ali prestadas e refere o Senhor Presidente que faz um esforço tremendo para ouvir todas elas da mesma maneira. Refere o Senhor Presidente que a intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa foi mais uma vez infeliz e desta vez insultuosa, uma vez, que disse claramente ali na sua intervenção que o Senhor Presidente viajou para Lisboa à custa do dinheiro da Câmara ou dos meios municipais, referindo o Senhor Presidente que o Senhor Deputado Rui Taxa que ali lhe peça desculpa de imediato, porque, ele não faz isso, nem o executivo o faz, ou aquilo que vai acontecer é que o Senhor Deputado como já perdeu a confiança nele, refere o Senhor Presidente que vai perder o respeito pelo Senhor Deputado, porque aceita as críticas políticas, que são injustas e até o magoam, mas desafia-o a dizer ali, quando, como e de que modo é que o Senhor Presidente utilizou um cêntimo da Câmara Municipal para se poder deslocar numa ação pessoal ou partidária, porque se não fizer qualquer uma destas situação vê-se obrigado a perder o respeito pelo Senhor Deputado, pela sua profissão, pelo seu percurso, porque, não se acusam as pessoas impunemente e muito menos à frente de outras pessoas e para as televisões ouvirem. Refere ainda o Senhor Presidente que não aceita isso, porque não se habituou a isso, trabalha seriamente, com dificuldades, com erros, mas seriamente e de forma honesta, pelo que, aguarda por uma palavra da parte do Senhor Deputado a seguir à sua intervenção.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que aquilo que referiu foi “..Marketing e comunicação são a sua praia! Está delirante em mostrar serviço para Lisboa, com os recursos do Município”, logo, disse o Senhor Deputado que ele não falou em viagens, nem em carros, e hotéis, apenas referiu aquela expressão.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 19 votos a favor, 10 votos contra e 6 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

“Voto contra:

Porque este Orçamento que reduz o investimento em mais de um milhão de euros; Reduz no investimento e nas prioridades reduz pelas piores razões, reduz o apoio às famílias em 60%!

Voto contra:

Porque a única coisa que aumenta neste Orçamento é a despesa aumenta em cerca de um milhão de euros;

Despreza o que é prioritário e canaliza os recursos para o que é secundário: Voto contra:

Porque este documento apresenta um rombo de 1 milhão de euros nas contas do município e para cobrir o rombo, lança um empréstimo de curto prazo na receita e omite-o na despesa.

Voto contra:

Porque nos apresenta um orçamento errado e desequilibrado com uma despesa superior à receita em 1 milhão de euros!

Voto contra:

Porque este documento atira Caminha para o atraso em comparação com os outros Municípios;

Mergulha Caminha num vazio;

Não contém nem traduz nem uma política cultural, nem política para o turismo, nem estratégia para o desenvolvimento económico do nosso Concelho.”

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, fez a seguinte declaração de voto:



Assembleia Municipal de Caminha

“Voto contra porque, este orçamento prevê um aumento de despesa de cerca de um milhão de euros.

Voto contra porque, este orçamento prevê uma redução no investimento de dois milhões e meio de euros.

Voto contra porque, este orçamento prevê uma redução do apoio às famílias em 60%.

Voto contra porque, este orçamento é o pior nos últimos 4 anos no que respeita à taxa de execução.

Voto contra porque, exhibe no relatório o orçamento participativo como uma novidade e depois a verba de 180.000€ não está refletida no documento.

Voto contra porque, é um documento errado que não inclui na despesa a obrigatoriedade de pagar no ano 2016 conforme determina a lei 73/2013 o empréstimo de 1.000.000€.

Finalmente voto contra porque, este é um documento pobre, que não vai resolver os problemas que o município enfrenta, nomeadamente a falta de liquidez.”

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez a seguinte declaração de voto:

“O Grupo dos Deputados do Partido Socialista desta Assembleia, votou favoravelmente o Grande Opções do Plano e Orçamento para 2016 porque o mesmo visa o equilíbrio das contas públicas da autarquia, que ao longo de vários anos foram decepadas pelo executivo PSD.

Este documento reflete a verdadeira e transparente situação da saúde financeira da Câmara Municipal e pretende combater de forma eficaz, clara e lúcida as dificuldades financeiras por que o município passa.

Este documento demonstra o esforço e empenho em que o executivo PS tem pautado a sua gestão autárquica, pelo que mereceu e merece a confiança dos seus deputados nesta Assembleia.

Finalmente esta é um documento que deixa de lado as fantasias e os malabarismos de contas, sendo um documento transparente, credível e que se adequa às necessidades dos munícipes.”



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 25 votos a favor, 10 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse em forma de declaração de voto que votaram contra a minuta porque acham que este ponto está ilegal

d) – Mapa de pessoal para 2016

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa à **“Mapa de pessoal para 2016”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea o) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** a aprovação do Mapa de Pessoal para 2016.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, seu início à sua intervenção:

“Em síntese o Mapa de Pessoal deve ser um instrumento de gestão e direção de recursos humanos imbuído de instrumentos de valorização e promoção profissional dos trabalhadores.

Assim, os trabalhadores municipais, em regra, têm uma grande expectativa no Mapa de Pessoal pois é aquele que lhes garante a prerrogativa de um horizonte promissor ao nível da valorização profissional e ascensão na carreira.

Da análise feita e este documento podemos facilmente concluir que:

Se trata de uma cópia da versão apresentada no ano anterior;



Assembleia Municipal de Caminha

Denota falta de visão estratégica na gestão e planeamento dos recursos humanos da autarquia;

Denota ainda que este é um assunto secundário ou de somenos importância nas suas prioridades onde reina a confusão entre:

Despachos e nomeações provisórias; Mobilidades sem despachos;

Concursos parados com Chefias de substituição "ad eterno" e o Processo de Avaliação obrigatória designado por SIADAP completamente parado.

Concursos parados com Chefias de substituição "ad eterno";

Entre despachos e nomeações o senhor Presidente nomeou 3 chefes de chefes de divisão, em regime de substituição que legalmente já deveriam ter cessado funções.

O exercício de funções daqueles nomeados é ilegal com repercussões complexas para o município como para os "nomeados".

Já por diversas vezes, os senhores vereadores levantaram esta questão. Pergunto: Qual o ponto de situação do procedimento concursal para os dirigentes?

Está à espera de quê Sr. Presidente?

Está à espera que os atuais chefes em regime de substituição, acabem os cursos de dirigentes para poderem concorrer?

O Senhor Presidente tem o Processo de Avaliação obrigatória designado por SIADAP", por cumprir desde que iniciou funções;

Na alínea a), nº 2, do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro diz que compete ao Senhor Presidente da Câmara:" Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais."

O Senhor Presidente é o máximo responsável, nos termos da lei e da distribuição de pelouros aprovada pelo Órgão Executivo, mas apenas fica no papel tal responsabilidade!

Como é já notório nalguns itens o senhor presidente não gosta de tomar decisões, mas os trabalhadores têm direito a ser avaliados, precisam que lhe sejam fixados os objetivos e competências!



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Presidente apregoa que agora se "respira democracia e liberdade", mas não cumpre com a Lei e com o mais essencial, a avaliação de desempenho é legítima, obrigatória!

Tem noção Senhor Presidente de que a sua resistência a tomar decisões e teimar em adiar a resolução das situações terá repercussões muito negativas para o município e para os seus trabalhadores?

Do que está à espera para eliminar tais graves irregularidades e ilegalidades?

Foi publicado na imprensa de ontem que o SINTAP- Sindicato da Administração Pública exige do governo o imediato descongelamento das progressões das carreiras.

Se esta pretensão for atendida como ficam os trabalhadores do Município de Caminha?

Sem possibilidade de progredir nas suas carreiras por não terem avaliação?!

É caso para perguntar, Senhor Presidente:

A DGAL procedeu à retenção mensal de 10% das transferências correntes, por incumprimento do processo SIADAP?

A legislação do SIADAP prevê todas as situações necessárias à correta implementação do SIADAP:

- Desde alterações de organogramas;
- Alterações de chefias (avaliadores);
- Sucessão de vários avaliadores;
- Alterações de local de trabalho, etc.

Senhor Presidente, nenhuma das justificações que nos apresente justifica a não aplicação do SIADAP!

Senhor Presidente,

Os trabalhadores municipais, em regra, têm uma grande expectativa no Mapa de Pessoal pois é aquele que lhes garante a prerrogativa de um horizonte promissor ao nível da valorização profissional e ascensão na carreira.

Não nos parece que seja este o rumo da vossa gestão e queremos deixar aqui bem claro é da vossa inteira e total responsabilidade! Nesse sentido e porque queremos



Assembleia Municipal de Caminha

preservar algumas melhorias para os trabalhadores que possam estar contidas neste mapa a bancada do PSD irá abster-se.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que este quadro de pessoal tão criticado por falta de estratégia e falta de ambição, é grosso modo o quadro de pessoal herdado de 2013, pelo que devolve a crítica ao PSD. Disse ainda o Senhor Presidente que existe uma alteração que em vez de um lugar para técnico superior em psicologia foi aberto para um técnico superior em ação e serviço social, pelo que é genericamente igual ao de 2013, o que certamente teria uma ambição e estratégia tremenda.

Quanto ao SIADAP e avaliação, o Senhor Presidente disse que aquilo que o executivo está a fazer é a resolver os problemas herdados, como funcionários sem avaliação, funcionários sem prossecução e carreiras congeladas, deixaram o processo do SIADAP completamente a zeros ou quase porque alguns o conseguiram fazer. Disse ainda o Senhor Presidente que relativamente à progressão na carreira folga em ver a mudança de opinião do PSD que durante 4 anos no Governo, andaram a esmagar as pessoas na progressão, nas carreiras, não deixaram as Câmaras poder criar sistemas de mobilidade inter-carreiras, e agora 15 dias depois, o acordo do Governo, finalmente, elevou as mentes da direita aqui em Caminha, o que devemos ficar satisfeitos com isso.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

e) – Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2015

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa à “**Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2015**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento de derrama de 1,5% e isenção da mesma para:

- 1) Empresas que tenham criação líquida de postos de trabalho;
- 2) Novas empresas com sede em Caminha e criadas no Município;
- 3) Sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 60.000,00€.

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, deu início à sua intervenção:

“Senhor Presidente,

Nesta proposta está em causa o Lançamento de uma DERRAMA, relativa aos lucros Tributáveis de 2015, que está fixado por este executivo no seu valor máximo, ou seja, 1,5%.

Achamos que a isenção da DERRAMA, a forma de tornar as nossas empresas mais competitivas, aliás, um procedimento que vinha já do anterior executivo.

Esta era a visão e uma estratégia de potencializar as empresas do nosso Concelho, que tem neste executivo o seu maior opositor, fixando essa taxa no valor máximo tributável.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 12 votos contra e 2 abstenções.

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, fez a seguinte declaração de voto:
"Votamos contra esta proposta, porque contem a medida gravosa de fixar a taxa máxima de 1,5% de DERRAMA, e como tal não potencia a economia do nosso Concelho."

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Participação Variável no IRS Relativa aos Rendimentos do Ano de 2016

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa à "**Participação Variável no IRS Relativa aos Rendimentos do Ano de 2016**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** se fixe em 1,5% a participação variável no IRS.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção:

"Senhor Presidente

A decisão de retirar ao município verbas indispensáveis ao pleno funcionamento da autarquia, tanto mais quanto se constata o caos e a situação gravíssima financeira



Assembleia Municipal de Caminha

em que colocou o Município, são atos da sua gestão e da sua inteira responsabilidade, razão pela qual a bancada do PSD se irá abster.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção:

“Há um ano atrás afirmamos nesta assembleia a nossa discordância com a possibilidade de participação no IRS das famílias até 5% prevista nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, considerando que se tratava de uma forma de desresponsabilizar o Estado Português das suas obrigações, criando desigualdades entre cidadãos.

Um ano depois insiste o executivo camarário na fixação em 1,5% da participação variável no IRS, reafirmando a identidade ideológico-política que congrega algumas forças políticas na criação de uma sociedade assente em desigualdades sociais. E veja-se que por esta via os cidadãos de concelhos diferentes terão reembolsos de IRS diferentes, consoante os municípios decidam por uma participação no IRS de valor maior ou menor.

Por outro lado, como já ficou claro, o município tem uma efetiva dificuldade em arrecadar receita, e esta percentagem de participação provavelmente não tem expressão para as famílias, mas poderá ter para o município, permitindo-lhe uma maior e melhor ação social sobre famílias com reais necessidades.

Finalmente mantemos os argumentos apresentados em outras discussões. As desigualdades e a desresponsabilização do Estado só se alimentam concordando com ações como esta. Estamos perante uma falta de coragem do poder central que insta as autarquias a, no quadro de todo o agravamento fiscal, assumirem o ónus de pedir mais sacrifícios aos seus munícipes para cobrirem as verbas que o Estado não quer transferir. Submeter-se a esta ousadia é concordar com uma ideologia política assente no Estado ausente, e é igualmente colocar-se ao nível de quem vê nos municípios agentes menores da Administração Territorial de Portugal. Por estas razões votaremos contra a proposta.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que apenas vai assinalar a diferença daquelas duas intervenções, como é a coerência da CDU e a absoluta incoerência do PSD, que ainda agora teve a oportunidade de exigir que se baixassem os impostos a zeros sobre o que as empresas pagam, e critica este imposto que cai sobre as famílias, disse ainda o Senhor Presidente que a Taxa Variável para o Concelho de Caminha poderia ir até 5%, e o executivo encontrou uma solução equilibrada, porque quando este executivo tomou posse a Taxa Variável encontrava-se no máximo, o Concelho estava na lista daqueles que mais pagavam taxa Variável de IRS em Portugal, logo, este executivo encontrou uma solução de equilíbrio, ao cobrar 1,5% que equivale de grosso modo a 180 mil euros. Refere ainda o Senhor Presidente que com esse montante que as pessoas pagam irá ser decidido pelas mesmas pessoas no Orçamento Participativo, não vai ser decidido por nenhum vereador, houve varias propostas apresentadas pelas pessoas nas várias assembleias participativas e essas propostas irão ser votadas e decididas pelas mesmas, será um montante investido naquela proposta que for escolhida pela população, este é um projeto absolutamente inovador, que vai colocar a afetação de uma receita do lado das pessoas. Disse ainda o Senhor Presidente que o Município foi convidado para participar num encontro Ibérico de Orçamentos Participativo como um exemplo da forma de trabalhar participação nesta inovação que este executivo criou, será no próximo mês de abril nos Açores, pelo que, o Município de Caminha está assinalado como um Município de participação e inovador.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 2 votos contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na



Assembleia Municipal de Caminha

presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa à “**Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção:

“Relativamente a este ponto e porque a EDP já pagava ao município cerca de 600 mil euros por direitos de passagem consideramos que esta proposta pouco ou nada de novo vem trazer, a não ser uma adaptação e atualização a novas redes ou comunicações eletrónicas que nestes dois últimos anos tenham surgido.

Por essa razão o sentido de voto da bancada do PSD será a abstenção.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção:

“A Taxa Municipal de Direitos de Passagem, é, em nosso entender, injusta, e configura mesmo um roubo aos consumidores, beneficiando as grandes empresas de redes e serviços de comunicações eletrónicas.

A quem compete suportar o valor desta taxa é às operadoras privadas e não aos consumidores a quem já lhes é cobrado o serviço, que muitas vezes nem sequer é fornecido de acordo com o contratualizado. Estas empresas deveriam tirar dos seus lucros os montantes para pagarem a Taxa de Direitos de Passagem à



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal. Mas não, numa indisfarçável opção de classe, atacam o bolso dos seus clientes e vá de tirar mais um punhado de euros por ano nas faturas para entregar aos municípios, tornando-os cúmplices duma injusta norma legal. É a política de rapina que coloca sempre os mesmos a pagar, os trabalhadores e o povo, e os mesmos a receber, os grandes grupos económicos, sejam eles da Banca, das telecomunicações ou da energia.

À Câmara Municipal compete pela força da lei dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem, e tal como dissemos, torná-la parte duma injustiça. Só por si, e porque defendemos que o poder local não deve pactuar com este tipo de ataque aos cidadãos, esta proposta merece o nosso repúdio. Mas há mais. Um executivo que se diz defensor das famílias decide afinal aplicar-lhes a taxa máxima possível, correspondente a 0,25% sobre o valor da fatura, numa demonstração clara de incompreensão do município pelas dificuldades que a generalidade dos munícipes atravessa. É até contraditória esta atuação da Câmara Municipal. Não casa o discurso com ação desta proposta.

Para evitar a continuidade desta possibilidade injusta, a CDU irá pugnar para que a Assembleia da República, no seu poder legislativo, transfira para as empresas que utilizam o solo municipal, o pagamento da TMDP. Enquanto isso não se verificar, a CDU votará contra a aplicação desta Taxa.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 19 votos a favor, 2 votos contra e 14 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

h) – Contração de um Empréstimo a Curto Prazo até ao montante de Um Milhão de Euros

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa à **“Contração de um Empréstimo a Curto Prazo até ao montante de Um Milhão de Euros”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea f) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar a contratação de empréstimos, **propõe-se** a contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de um milhão de euros.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, apresentou o seguinte requerimento:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha

Na qualidade de Deputado Municipal do Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha, solicito a V.Exa, a retirada da ordem de trabalhos, do ponto: Alínea h)- Contração de um empréstimo de curto prazo até ao montante de 1 milhão de euros, com os seguintes fundamentos:

- O regime de crédito dos municípios encontra-se regulamentado nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).
- A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro no seu artigo 50.º, n.º 1, refere que os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que forem contratados.
- Conjugando o artigo 49.º n.º 5, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com a alínea f), do n.º 1 e com o n.º 4, do artigo 25, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o pedido de autorização à assembleia municipal para a contração de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições



Assembleia Municipal de Caminha

praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Do conjunto de documentos que nos foram enviados e que respeitam somente aos procedimentos concursais, verificam-se as seguintes irregularidades/ilegalidades que inquinam todo o processo:

- Não foi cumprido o preceituado no n.º 4 do art.º 25.º do anexo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e não foram concedidos poderes ao Presidente da Câmara para negociar o empréstimo aqui em causa, bem como para constituir a Comissão de Análise das Propostas.
- Não foi cumprido o preceituado no n.º 1 do artigo 50.º, da Lei n.º 73/2013, que refere que os empréstimos de curto prazo serão amortizados até ao final do exercício económico em que forem contratados, uma vez que não foi inscrito na rubrica da despesa do orçamento o montante em causa;
- Não foi cumprido o preceituado no artigo 49.º, n.º 5, da Lei n.º 73/2013, conjugado com a alínea f), do n.º 1 e com o n.º 4, do artigo 25, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nem junta a informação obrigatória de que a contratação deste empréstimo se encontra dentro dos limites de endividamento estabelecidos pela Lei 73/2013, de 12 de setembro, bem como, também não foi junto o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município. Face ao referido os deputados do PSD vêm requerer que V. Exa. se digne retirar da ordem dos trabalhos a alínea h), do ponto n.º 3 referente à contração de um empréstimo a curto prazo até ao montante de um milhão de euros porque o processo não reúne todos os documentos necessários e não cumpre os preceitos legais aplicáveis sendo, por isso, ilegal.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que uma vez mais o requerimento ali apresentado não foi facultada nenhuma cópia, não havendo essa possibilidade, logo, muito da informação se foi perdendo à medida que se foi lendo, e o que lhe parece mais relevante à medida da sua leitura é a falta de documentos enviados sobretudo no que diz respeito a ter sido deliberado em reunião de



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara a atribuição de competências suficientes ao Presidente da Câmara para poder encetar este processo negocial com as entidades bancárias, mas, como se encontra aqui todo o executivo camarário, que se estes prestarem todos os esclarecimentos e fazendo fé e confiança nos órgãos legitimamente eleitos, pensa que haverá condições para dar seguimento com a proposta apresentada.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, faz suas as palavras do Senhor Deputado Joaquim Celestino.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse quanto a esta questão e que atribuindo a que a proposta que foi a reunião de Câmara na sua explanação não foi muito claro, a legislação nela alegada torna clara aquilo de que se trata, porque, aquilo que se está a fazer não é a contrair o empréstimo nem a escolher a entidade com quem se vai contrair o empréstimo, apenas se está a decidir de acordo com a legislação invocada na deliberação a autorização à Câmara para contrair no futuro ou não o empréstimo e a escolher dentro dos critérios que definir qual a entidade bancaria a contratar. Disse ainda o Senhor Presidente que uma vez que essas duvidas surgiram em reunião de Câmara, pediu-se que fosse elaborado um parecer onde conste o que é necessário para aqui se deliberar, o qual tem a ver com o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento, onde se distribuiu por todos os deputados; esse mapa demonstra que a Câmara se neste especifico momento quisesse contrair um empréstimo de medio ou longo prazo o poderia fazer até ao montante de 580 mil euros, portanto, tudo o que foi deliberado na Câmara e toda a informação que ali consta é acompanhada de um parecer do Dr.º Pedro Mota e Costa que se debruça exatamente sobre aquilo que se está a tratar, que é de autorizar o Município ou não, a contrair o empréstimo de curto prazo, que terá que ser contraído e pago no mesmo ano do exercício e que de acordo com a Lei é utilizado para acorrer a dificuldades de tesouraria e de acordo com o compromisso político que o Senhor Presidente assumiu no ano passado sobre esta matéria que servirá apenas para fazer face a processos judiciais ou a sentenças transitadas em



Assembleia Municipal de Caminha

julgado, porque, não se tinha capacidade de pagar todas elas, como já ocorreu este ano, onde foi utilizado apenas uma parte desse valor, não foi utilizado o valor total porque não se tinha capacidade de se pagar, logo, isto é o mesmo que se passa para o próximo ano, portanto, todos os documentos que possuem habilitam os Senhores Deputados para votarem a proposta apresentada.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez um pedido de esclarecimento e disse que previamente a este ponto o Senhor Deputado Rui Taxa apresentou um requerimento, na sequência da apresentação de esse requerimento o Senhor Presidente da Mesa devolveu a discussão à Assembleia e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que apresentasse os esclarecimentos necessários relativamente ao requerimento apresentado pelo Senhor Deputado, na sequência o Senhor Presidente da Câmara solicitou que fossem distribuídos uns documentos que não foram enviados com o processo de este ponto, logo, isto foi o que se entendeu, e perguntou a Senhora Deputada; Se agora se vai dar início à discussão deste ponto?

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento e disse que independentemente de todos os entendimentos, ainda lhe subsiste uma dúvida, e perguntou o Senhor Deputado: Se o requerimento foi ou não aceite? Qual o procedimento seguido pela mesa?

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que como todos sabem os requerimentos devem ser imediatamente votados, ora, não tem sido ali habito fazer-se a votação dos requerimentos apresentados, nunca foi votado um requerimento, portanto aquilo que propôs foi a discussão do requerimento.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez um pedido de esclarecimento. Disse que previamente a este ponto da ordem de trabalhos o Senhor Deputado Rui Taxa apresentou um requerimento. Na sequência da apresentação de esse requerimento



Assembleia Municipal de Caminha

o Senhor Presidente da Mesa devolveu a discursão à Assembleia, e na sequência deste pedido de esclarecimentos, o Senhor Deputado Rui Lages e Celestino Ribeiro, solicitou que fosse feita uma reunião com os líderes, logo, o raciocínio relativamente a este requerimento da Assembleia é exatamente o mesmo, esta foi a situação que se verificou e foi desta forma se entendeu. Perguntou a Senhora Deputada, se o Senhor Presidente vai agora dar início á discursão deste ponto?

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, disse que não faz muito sentido se votar um requerimento sobre o qual já todos se pronunciaram. Disse o Senhor Deputado que talvez seria mais sensato questionar o Senhor Deputado Rui Taxa se quer manter o requerimento ou não, porque, face aos novos elementos, eventualmente poderá não fazer sentido manter esse requerimento.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que este ponto deve ser retirado e esta nova informação que foi agora distribuída pelo Senhor Presidente da Câmara só vai reforçar a sua ideia, porque, como é que a Câmara pode pedir um empréstimo de 1 milhão de euros, quando só tem uma capacidade de endividamento de 597 mil euros.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que a mesa deliberou que fosse proposto a votação do requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Rui Taxa.

Após votação o requerimento apresentado foi rejeitado, por 20 votos contra, 10 votos a favor e 5 abstenções.

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, disse em forma de declaração de voto, que o voto contra da CDU para a admissão e discussão deste requerimento prende-se com o facto de este ter perdido a validade pelos elementos que foram facultados, o teor dos documentos agora apresentados vai permitir saber se estão de acordo ou não com a proposta que se vai discutir.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse em forma de declaração de voto que votaram favoravelmente a introdução de este requerimento nesta Assembleia, porque, aquilo que se está a passar é ilegal, logo, o documento distribuído pelo Senhor Presidente da Câmara deveria ter sido distribuído em devida altura, em sede de reunião e Câmara e posteriormente aos Senhores Deputados Municipais.

De seguida passou-se à discussão da proposta apresentada.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, deu início à sua intervenção:

"Debatemos neste ponto, a Contração de um Empréstimo a Curto Prazo até ao montante de um milhão de euros.

Há sensivelmente um ano, aqui nesta mesma casa, perante esta Assembleia, fiz uma exposição sobre o assunto que aqui nos traz novamente. Mas agora convém fazer uns pequenos e adicionais esclarecimentos uma vez que, o PSD tem tentado por diversas vias, isto é, em pseudo comunicados, em artigos de "desopinião", em momentos de rádio em antena aberta, criar a convicção de que este executivo PS se quer apoderar de um milhão de euros para pagar a funcionários, para pagar a fornecedores, para fazer face a despesas megalómanas que o PS terá criado. Ora, tal ideia é falsa é mentirosa e desonesta. Reparem bem que eu não disse que estas ideias lançadas pelo PSD são inverdades, ou que simplesmente não correspondem à verdade. Disse e repito: São mentiras deliberadas e conscientes.

Por forma a tentar esconder os seus atos de gestão desastrosos, os eleitos do PSD atiram poeira para o ar tentando intoxicar a opinião pública. E fazem-no sem qualquer tipo decoro.

Há precisamente um ano aprovou-se nesta Assembleia um empréstimo até um milhão de euros para pagar as condenações judiciais do Município. Todos nos lembramos de ver e ler nos jornais que o Município de Caminha era o campeão da conflitualidade judicial. Ora era o Município Autor nos processos, ora era réu devido às decisões ilegais que tomava contra trabalhadores, vereadores, munícipes e investidores.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Em causa estavam vários processos judiciais, como o Processo designado por Teresa Amorim, o Processo Eng.º Bento Chão, o Processo Dr. Dionísio Marques, o Processo Coto da Pena, o Processo Externato Santa Rita de Cássia, entre tantos outros.

Caras e Caros Múncipes,

Do milhão de euros que anteriormente aprovamos só foi utilizado pelo Executivo liderado pelo presidente Miguel Alves o montante de 266.165,00€ os quais serviram para pagar os Processos da trabalhadora Teresa Amorim e o do Âncora Praia Futebol Club. Ora, sendo o empréstimo de curto prazo, 12 meses, e caducando agora esse período, como poderá a autarquia pagar os outros processos judiciais? Aqueles que perfazem o montante global de mais de 600.000,00€?

Refiro e repito que do milhão inicial a Câmara só teve acesso a 266.165,00€, pelo que é totalmente falso que se tenha gasto um milhão de euros. É falso! E é também falsa a ideia que o PSD quer passar de que o executivo do Dr. Miguel Alves tenha ficado com um milhão e que agora pede outro milhão, o que resultaria um total de 2 milhões. Isto é falso. Digo e repito vezes sem conta: É falso e mentiroso.

Mas, e os restantes processos judiciais em que a Câmara foi condenada? Não têm de ser pagos? Não tem este executivo a responsabilidade de pagar os devaneios da antiga gestão autárquica?

Pois bem, o empréstimo que hoje pretendemos ver aqui aprovado serve precisamente para honrar e acatar as restantes decisões judiciais. E repito mais uma vez que, as que até agora estão contabilizadas, as que são conhecidas e que faltam pagar cifram-se em mais de 600 mil euros.

E caros Múncipes sabiam que os vereadores do PSD, na reunião de Câmara votaram contra esta proposta? Vejam bem esta atitude. Quando eram poder instauravam ações judiciais contra tudo e contra todos. Agora que as faturas das sentenças chegam, escondem a cabeça na areia e dizem que nada têm a ver com



Assembleia Municipal de Caminha

isso. Que o presidente Miguel Alves é que é o culpado e que não sabe gerir o concelho. Senão fosse uma atitude política grave até daria para rir.

Mas assim é o PSD! Cria os problemas e quem vier atrás que feche a porta. Pois bem, o executivo do PS está a tentar fechar a porta e fazer cumprir as decisões judiciais. Mas para isso precisa da colaboração de todas e de todos os senhores deputados e presidentes de junta. De todos sem exceção.

O Partido Socialista lamenta, uma vez mais, a situação em que o PSD, enquanto executivo, colocou a autarquia de Caminha. O dinheiro perdido em Tribunais é dinheiro de que os munícipes não vão beneficiar, é dinheiro que não vai ser investido no desenvolvimento do concelho e na criação de riqueza, em suma, é dinheiro perdido.

Senhor presidente, Dr. Miguel Alves, aproveito a oportunidade para o questionar se porventura existem mais processos judiciais pendentes e que desconheçamos?

O PS reconhece o esforço financeiro que o executivo terá de fazer para no curto prazo de um ano pagar este mesmo empréstimo, mas estamos cientes que a gestão rigorosa com que tem pautado o seu mandato será questão suficiente para o Partido Socialista dar o seu apoio e aprovar o presente Empréstimo, pelo que iremos votar favoravelmente a proposta em apreço, esperando que os Senhores Deputados da oposição, em especial os do PSD (por terem responsabilidade direta nesta matéria) nos acompanhem nesta votação."

A Senhora Deputada Lilita Gonçalves,

O Senhor Presidente tem um "rombo" nas contas de 1 milhão de euros e precisa deste empréstimo para o tapar!

Mas quer pôr-nos a falar de processos...

O Senhor Presidente, deixou de pagar às Águas e teve de fazer um acordo para pagar a dívida de 4 milhões de euros, que representa um encargo mensal de 50 mil euros, que acresce à fatura do mês!

Mas quer pôr-nos a falar de processos....



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Presidente deixou de pagar à SUMA e tem uma dívida de 1 milhão de euros!

Mas quer pôr-nos a falar de processos....

O Senhor Presidente deixou de pagar a renda das Piscinas Municipais e tem uma dívida de 600 mil euros!

Mas quer pôr-nos a falar de processos....

O Senhor Presidente, perdoou a dívida à Câmara de La Guardia, no valor de 2 milhões de euros!

Mas quer pôr-nos a falar de processos....

O Senhor Presidente tem de disponibilidades financeiras para gastar o valor de 77 mil euros.

Mas quer pôr-nos a falar de processos...

O Senhor Presidente, precisa urgentemente de dinheiro e deste empréstimo para pagar salários!

Mas quer pôr-nos a falar de processos...

O Senhor Presidente, precisa urgentemente de dinheiro e deste empréstimo para pagar aos fornecedores!

Mas quer pôr-nos a falar de processos...

O Senhor Presidente, gastou num ano e meio em Marketing, publicidade, comunicação, festas, palcos, tendas e lonas, 1 milhão e duzentos mil euros, e deixou-nos a nós e às contas do município nas lonas!

Mas quer pôr-nos a falar de processos....

Senhor Presidente,

O Senhor, quer dizer a todos, aos seus camaradas de partido, apoiantes e afins, que o dinheiro é para os processos de que o senhor quer pôr-nos a falar, mas nós dizemos-lhe Sr. Presidente que o empréstimo é para cobrir o "rombo" de um milhão de euros nas suas contas.

É para pagar o "rombo" que o Senhor Presidente criou com o gasto de um milhão e duzentos mil euros em comunicação e publicidade!

É para esconder o prejuízo de um milhão e setecentos mil euros!



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Presidente, quer pôr-nos a falar de processos para esconder que a situação financeira atual é de tal forma grave e penosa para o município que sem esse montante não tem condições de fazer face às despesas e ao aumento de um milhão de euros que o seu orçamento contempla na despesa. O Senhor Presidente quer pôr-nos a falar de processos para esconder a comparação de que o anterior executivo, com a imensa obra que fez ainda lhe deixou 2 milhões de euros e o Senhor Presidente em dois anos e sem obra feita esbanjou os 2 milhões de euros que lhe deixaram e ainda tem que recorrer a este empréstimo de 1 milhão de euros para equilibrar a sua receita, porque a despesa já não tem remédio.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção:

“Determina a Lei 73/2013 que os Municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo, que são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que forem contratados.

Sr. Presidente,

A Lei é bem clara sobre os procedimentos e documentos exigidos:

- Deliberação, em Reunião de Câmara a autorizar e a conceder ao Presidente da Câmara, competências para negociar o empréstimo aqui em causa, bem como para constituir a Comissão de Análise das Propostas. Não foi cumprido!
- Informação obrigatória, dos serviços e do Presidente de que a contratação deste empréstimo se encontra dentro dos limites de endividamento estabelecidos pela Lei 73/2013, de 12 de setembro, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, também obrigatório. Não foi cumprido!

Atente-se ao que refere o Artigo 52.º:

- A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Viram nalgum dos documentos esta informação? Não, porque não foi cumprido!



Assembleia Municipal de Caminha

E refere ainda a Lei:

Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados. Não foi cumprido!

Nada foi cumprido!

Estamos mais uma vez perante uma proposta ilegal porque:

- Não foi precedida pelas deliberações exigidas por lei;
- Não vem devidamente fundamentada pelas informações obrigatórias e exigidas por lei;
- Não vem devidamente acompanhada pelos documentos exigidos por lei.

Insistem V. Exas, teimosamente e obstinadamente, em manter esta proposta ilegal e juntam para a fundamentar unicamente os documentos relativos ao procedimento concursal. Ora, analisados os documentos juntos, também aqui se verificam graves ilegalidades.

Senão vejamos:

- A proposta mais vantajosa foi excluída de forma errada;
- Foram admitidas propostas que para além de serem superiores, apresentavam uma situação de empate;
- No momento da abertura das propostas, todos ficaram a saber as taxas praticadas, em prejuízo da transparência do procedimento;
- Na abertura do procedimento não foram previamente estabelecidos critérios de desempate;
- Perante esta circunstância foi pedido um parecer ao gabinete jurídico e, como "o chapéu não lhe serviu", porque referia a necessidade obrigatória de fazer novo procedimento, "passa por cima deste parecer " e, consubstancia-se na informação do Gabinete de Planeamento, que recorre à figura da analogia do Código Civil quando existe uma lei clara e específica;
- Só quando é confrontado pelos vereadores em Reunião de Câmara, é que revela a existência de um email solicitado a um assessor, que no mínimo revela logo no



Assembleia Municipal de Caminha

expressão utilizada ao colocar a questão, "como é que descalço esta bota", que o procedimento é tudo menos correto;

Ou seja:

- Não é um parecer jurídico;
- Não fornece ao assessor todos os elementos necessários para uma boa avaliação, nomeadamente, o não estabelecimento prévio de critérios de desempate;
- A expressão utilizada na resposta do assessor, que se refere à situação criada como "situação caricata" também não augura nada de bom.

Resta o bom senso do vereador do pelouro, que não esteve presente na reunião de câmara, não o aprovou, nem subscreve estas atoardas que retundam nesta grave ilegalidade!

Mas o Presidente ficou descansado e respondeu aos vereadores que não retirava a proposta porque diz: "confia nos serviços"!

-É caso para lhe perguntar Senhor Presidente, em quais? No Gabinete de Planeamento, que não tem formação jurídica e não deu ao assessor todos os elementos, ou no gabinete jurídico, com formação específica?!

-É caso para lhe perguntar Senhor Presidente: Confia em pareceres jurídicos ou em "email" avulsos? E nós Senhor Presidente vamos atrás da sua confiança e votamos o quê?!

-É que só podemos confiar porque mais uma vez a Lei não foi cumprida e o documento mais importante em que se consubstanciou a "confiança" do Presidente não foi enviado com os documentos para nenhum de nós!

E nós Senhor Presidente vamos atrás da sua confiança e votamos o quê?!

- O Senhor presidente tem a certeza de que podemos contrair este empréstimo?

Caros colegas e Senhores Presidentes de Junta, volto a perguntar:

- Os Senhores têm a certeza de que podemos autorizar a contração deste empréstimo?

Senhor Presidente,



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor gastou tanto tempo e frascos de toner a esmiuçar o passado, e a "arranjar" sentenças passadas, presentes e futuras e distraiu-se tanto naquilo em que é especialista, desculpar-se com o passado, que lhe faltou o tempo para o essencial para o presente, para fazer as coisas bem feitas e teve de as fazer à pressa. Correu tanto para conseguir fazer este empréstimo a tempo desta assembleia que na correria se "embrulhou" todo e traz aqui uma proposta completamente ilegal!

Parafraseando o seu gosto por expressões estrangeiradas, eu diria que se o seu Orçamento é nas suas palavras "Slim fit" este é sem dúvida um empréstimo "Speedy Gonzalez", que na sua ânsia e correria atropela todos os procedimentos! Daria para rir se não fosse demasiado sério! Perante esta "atoarda" de ilegalidades, e uma vez que não têm sequer a humildade de retirar esta proposta e repetir os procedimentos, não resta outro caminho à bancada do PSD senão retirar as devidas consequências jurídicas e participar junto das instâncias próprias."

O **Senhor Deputado João Felgueiras da Silva**, disse que para salvaguardar uma situação relativamente à alínea h), que se deveria acrescentar no título da proposta "**Autorização**" para Contração de um Empréstimo a Curto Prazo até ao montante de Um Milhão de Euros.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que se constata que existem problemas a nível da vereação, logo, a Câmara Municipal de Caminha terá obrigatoriamente que repensar a forma como trabalha, como coopera e eventualmente como as reuniões de Câmara se processam, e como a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador da ação camararia também não deve usar essa prerrogativa constantemente, e estar a duvidar da idoneidade dos vereadores, quer da oposição, quer do executivo camarário e estar constantemente a tentar corrigir aquilo que pode ser corrigido no órgão próprio que é o órgão Câmara Municipal, pelo que gostava que não fosse pedido constantemente à Assembleia Municipal que reparasse nos atos legais ou ilegais que a Câmara Municipal pratica uma vez



Assembleia Municipal de Caminha

que os atos que a Câmara pratica são da responsabilidade dos vereadores da oposição e do executivo e são por princípio logicamente legais.

Disse ainda o Senhor Deputado, quanto à autorização que se vai discutir e eventualmente aprovar ou não, referiu que há um ano atrás houve a mesma questão e recorda-se que foi extremamente crítico à possibilidade de contração de este empréstimo, logo, pelos argumentos apresentados a CDU acabou por viabilizar a autorização, e disseram no momento que iriam estar muito atentos se essa contração de até 1 milhão de euros seria gasto apenas naquele que era o objeto, nos encargos judiciais que se tinham em curso. Disse ainda o Senhor Deputado que nessa matéria houve o cumprimento do executivo camarário, logo, houve um cumprimento dessa parte, pelo que se trata de uma repetição do procedimento, pelo que não lhe parece que haja matéria alguma para duvidar das boas intenções do executivo camarário. Disse ainda o Senhor Deputado quanto ao documento enviado que os leva para consideração de uma capacidade de endividamento que não chega aos 600 mil euros, que depois de se ler todo o documento percebesse que isso não é delimitador para a contratação do empréstimo de até 1 milhão de euros, razão pela qual votaram favoravelmente a autorização para a contração do empréstimo.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que aquilo que se está a tratar é sobre a possibilidade de autorizar o executivo a contrair ou não um empréstimo de curto prazo. Essa faculdade está prevista na Lei exatamente para confronto perante dificuldades de tesouraria do executivo, e é exatamente de isso que se trata, porque existem dificuldades de tesouraria, para que se possa mobilizar em determinado momento determinados montantes, o executivo tem que poder aferir dessa conta corrente, desse empréstimo. Disse ainda o Senhor Presidente, de que este é um compromisso, porque decorre da Lei, e que se tem que pagar até ao final do ano em exercício que se contrai.

Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que consta da deliberação poderia ser menos pormenorizada da argumentação legal e ser mais clara na sua escrita, e



Assembleia Municipal de Caminha

concede que o debate na Câmara Municipal de algum modo contaminou o debate que se está ali a ter, porque, apenas se está a pedir autorização para contrair o empréstimo, folga o Senhor Presidente em ver que o parecer do Dr.º Pedro Mota e Costa, pois ele é o mesmo assessor que trabalhava com o anterior executivo sobre contas públicas, que é muito claro sobre a questão do endividamento. Logo de imediato o Senhor Presidente não deixou de saudar o Senhor Deputado da CDU, porque de facto leu bem aquilo que ali estava ao contrário de outros que o leram mal. Disse ainda o Senhor Presidente que apesar do endividamento médio-longo prazo à pouco referido, está cifrado na ordem do meio milhão de euros para o Município de Caminha, a verdade é que esta contratação do empréstimo a curto prazo poderia acontecer sempre, mesmo que o Município no momento da entrada do pedido não tivesse a capacidade de endividamento, logo, é disso que se está a tratar. Disse ainda o Senhor Presidente que há um ano atrás referiu que este dinheiro seria para pagar sentenças de processo judiciais, de um acordo ou obrigação que o Município tenha depois de um processo judicial decorrido, acrescentando que a expectativa do executivo para este ano é que muito provavelmente não irá mobilizar um milhão de euros, uma vez que este orçamento, é um orçamento com muita pouca folga, e o valor que se mobilizar terá de ser pago até final do ano. Disse ainda o Senhor Presidente que a autarquia tem cerca de 30 processos judiciais pendentes, desses processos nem todos decorreram em obrigações para a Câmara Municipal do ponto de vista financeiro, são processos por exemplo para inviabilizar uma determinada decisão, impugnar um determinado despacho, pelo que isso não tem sempre implicações financeiras. Daqueles que têm implicações financeiras os processos que estão com maior mobilização de meios é o processo do Dr.º Dionísio Marques que obriga a Câmara Municipal a repor o edificado que existe no Centro Histórico de Caminha, a qual está quase pronta a obra, que fica por volta de 90 mil euros, mais um pedido de indemnização que esta cifrado em meio milhão de euros, que terá também que ser pago; também se tem o processo e as decisões que decorrem da questão do Dolmen da Barrosa que obriga a mobilização de 240 mil euros por parte do Município ou à compra de



Assembleia Municipal de Caminha

três apartamentos para se dar aos herdeiros daquela zona, de acordo com uma deliberação que foi tomada em 2013 ainda com o anterior executivo; também se tem o processo judicial do Coto da Pena em que existe uma ação do Sr.º Antonio Chão relativamente a uma decisão ilegal tomada pela anterior Presidente da Câmara onde existe um pedido de indemnização no valor de 475 mil euros; existe ainda uma "ameaça" das Águas de Portugal de que em janeiro vai intentar uma ação contra a Câmara, por decisões tomadas erradamente pelo anterior executivo que poderá chegar a 1 milhão e 500 mil euros, e ainda existe por parte do proprietário do Externato de Caminha a vontade de agir judicialmente contra o Município de Caminha por causa de uma decisão ilegal tomada pelo anterior executivo, o qual não permitiu fazer ali um investimento que se poderia fazer. Disse ainda o Senhor Presidente que a vontade do executivo é cumprir aquilo que são as ordens judiciais, e existem duas prioridades, sendo que a primeira é tentar ocorrer à questão dos herdeiros do Dolmen da Barrosa, sendo este um esforço de investimento no valor de 240 mil euros, e a segunda questão será relativa ao Dr.º Dionísio Marques, de pelo menos se conseguir pagar uma parte, sendo que o acordo está pendente da entrega da chave do apartamento.

Disse ainda o Senhor Presidente que esta questão dos empréstimos tem que ser debatida com alguma seriedade e que se deve perceber aquilo que tem sido os últimos tempos, uma vez que, o problema do executivo não é o empréstimo de curto prazo, como é gerido vai-se conseguir pagar até final do ano, o problema são os empréstimos que foram contraídos ao longo de estes anos para resolver problemas graves que a Câmara sempre teve e que desestruturou a relação entre a despesa e a receita, como se pode verificar nos mapas que foram apresentados em power point que a vermelho está o valor 10 365 820,94€, referente aos empréstimos contraídos, a amarelo está o valor de 3 759 057,66€, daquilo que foi pago até a data de hoje e a azul está o valor 6 606 763,32€, daquilo que falta pagar, como se pode verificar está-se a falar de muitos milhões de euros. Disse ainda o Senhor Presidente que em 2004, 2005, 2009, 2010 e 2012 houve contrações de empréstimos, os mesmos empréstimos que agora são tão



Assembleia Municipal de Caminha

contestados, foram empréstimos contraídos e não foram de curto prazo, e em todos eles a fatia maior está por pagar, e é este executivo que os está a pagar, por isso, globalmente estes números que estão em 2015 correspondem a 10 365 820,94 euros, e certamente estes valores não conduzem a que as contas da Câmara estariam saudáveis. Disse ainda o Senhor Presidente que de esses 10 milhões de euros contraídos desde 2004 foram pagos 3 milhões 759 mil euros e deste valor este executivo já pagou 1 milhão e 415 mil euros, e ainda falta pagar 6 milhões e 606 mil euros, portanto, este executivo tem que fazer um grande esforço dia a dia, pelo que, existem dificuldades de tesouraria, umas vezes existe a disponibilidade que agora apresentamos, outras vezes existe maiores possibilidades e não é necessário usar o dinheiro do empréstimo, é por isso que este executivo pode trabalhar com esta transparência e de poder vir assumir que precisam de contrair este empréstimo em forma de conta corrente para se poder saldar as dividas do Município, porque é o mínimo que uma entidade publica tem, é ir saldando as dividas que fez, cumprindo com as ordens que se tem de tribunal, para que este executivo não esteja na linha dos incumpridores.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e disse deveria ficar definido se se está a votar a proposta com a sugestão dada pelo Senhor Deputado João Felgueiras da Silva ou não.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que sim, apesar de no texto da proposta já referir "autorizar a contratação de empréstimos".

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que os eleitos pelo PSD não são favoráveis à alteração em modificar aquilo que vem escrito nas alíneas, uma vez, que a ordem de trabalhos foi lida e aceite por todos.

O **Senhor Deputado João Felgueiras da Silva**, disse que retirava a sua sugestão uma vez que o teor da proposta já consta a autorização.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 10 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

"Voto contra

Porque esta proposta é ilegal:

-Não foram deliberadas e nem atribuídas competência ao Senhor Presidente para negociar este empréstimo, nem para constituir a comissão de análise das propostas.

- Não foram juntos os documentos obrigatórios nomeadamente mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município estabelecidos por lei.

Voto contra

-Porque esta proposta não foi precedida pelas deliberações exigidas por lei;

-Porque esta proposta não vem devidamente fundamentada pelas informações obrigatórias e exigidas por lei;

- Porque esta proposta não vem devidamente acompanhada pelos documentos exigidos por lei.

Voto contra

-Porque os procedimentos relativos ao procedimento concursal se encontram feridos de ilegalidades;

- Porque em consequência dessas graves ilegalidades não foi respeitada a recomendação do parecer jurídico da necessidade de se repetir o procedimento concursal."

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, fez a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque, as contas do Município têm um "rombo" de 1 milhão de euros.



Assembleia Municipal de Caminha

Voto contra porque, este empréstimo é para o tapar o rombo nas contas.

Voto contra porque, deixou de pagar à SUMA e tem uma dívida de 1 milhão de euros!

Voto contra porque, deixou de pagar a renda das Piscinas Municipais e tem uma dívida de 600 mil euros.

Voto contra porque, perdoou a dívida à Câmara de La Guardia, no valor de 2 milhões de euros.

Voto contra porque, este empréstimo destina-se a pagar a salários e dívidas de fornecedores.”

O Senhor Deputado Rui Lages, fez a seguinte declaração de voto:

“Os deputados eleitos pelo Partido Socialista votaram favoravelmente esta proposta, por entenderem ser de extrema necessidade e importância para o Município.

Entendem os deputados do PS que não se contraindo o Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de um milhão de euros, não dispõe o Executivo de capacidade financeira imediata para proceder ao pagamento das condenações judiciais a que a autarquia ficou sujeita; condenações judiciais essas de estrita responsabilidade do anterior executivo PSD que, ao longo da sua gestão usou e abusou dos expedientes judiciais, não tendo em nenhuma circunstância ganho um processo que fosse, muito pelo contrário.

O não pagamento dessas condenações judiciais poderiam por o atual executivo numa situação de desrespeito pelo Tribunal e in limine a incorrer num crime de gestão danosa.

Por tais motivos invocados, votou o PS favoravelmente a contração de um empréstimo até ao montante de um milhão de euros.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 25 votos a favor, 10 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto contra a minuta porque acham que estão perante uma ilegalidade.

O **Senhor Presidente da Mesa**, pôs à consideração da Assembleia se deve continuar com a sessão ou se esta seja interrompida.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que se poderia fazer um esforço para se concluir esta sessão da Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que a bancada do PSD decidiu que fosse interrompida a sessão e que fosse retomada na próxima segunda-feira às 21.00 horas, na impossibilidade de ser segunda-feira então sábado às 21.00 horas.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu aos Senhores Deputados, e declarou suspensão a Sessão da Assembleia, quando eram 03H45M, da madrugada dia 12 de dezembro de 2015, e disse que continuaria pelas 21.00 horas do mesmo dia conforme ficou acordado com todos os líderes de bancada.

..... /

O **Senhor Presidente da Mesa** deu início à continuação da sessão da Assembleia Municipal no dia 12 de dezembro, pelas 21.00 horas.

Foi comunicado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, da impossibilidade de presença dos Senhores Deputados; Pedro Ramalhosa; Paula Cristina Aldeia; Plácido Martins Coelho; Júlia Paula Costa; Severino Manuel Sousa; Carlos Mouteira Fernandes; Jose Manuel Cunha, Presidente da União de Freguesias de Gondar e Orbacém; Jorge Paulo Alvarenga Araujo, Presidente da



Assembleia Municipal de Caminha

Junta de Freguesia de Riba de Âncora e José Luis Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vile, cujas faltas foram justificadas.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou todos os presentes e disse que no dia anterior ocorreu um erro que gostava que fosse retificado ou esclarecido pelo Senhor Deputado Rui Taxa, no sentido em que quando se ponderou que esta sessão da Assembleia deveria ou não ser suspensa, veio o Senhor Deputado da CDU e disse que se deveria dar continuidade, posteriormente veio o Senhor Deputado dizer que seria necessário haver uma deliberação por unanimidade para que pudesse prosseguir, ora, segundo o Regimento não existe fundamento sobre as palavras que o Senhor Deputado ali proferiu, uma vez que no n.º 1 do artigo 12.º do Regimento refere que, “a assembleia funcionará à hora designada, desde que seja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 5 horas de duração, salvo deliberação expressa do plenário”, pelo que desta norma não se retira qualquer tipo de unanimidade necessária, pelo que, pergunta ao Senhor Deputado Rui Taxa se existe no Regimento outra norma que contraponha esta e que refira que seja necessário uma unanimidade, uma vez que a maioria do plenário preferia ter continuado a sessão.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse ao Senhor Deputado Rui Lages que vendo o n.º 1 do artigo 12.º do Regimento quando refere “... salvo deliberação expressa do plenário..”, disse que lhe parece que tem que haver unanimidade do plenário em concordar ou não de dar continuidade da reunião ou não, daí ter interpretado de essa maneira e ter referido com toda a consciência e honestidade ter dito aquilo que disse ali, não foi com o intuito de criar desacatos, foi proferido com honestidade.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou todos os presentes e disse que nenhum eleito municipal decide sobre normas, aquilo a que se assistiu ontem foi de facto na sua opinião pessoal uma tentativa de perturbar os trabalhos,



Assembleia Municipal de Caminha

mas não coube ao eleito do PSD a decisão de dar por terminado os trabalhos, coube sim à mesa da Assembleia dar por interrompidos os trabalhos, pelo que não se pode culpar "A" ou "B", pode-se alertar a mesa para que de futuro esteja muito atenta a todas as figuras que estão escritas no regimento.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que a mesa estará muito atenta a todos os fundamentos ali enunciados, e que seja invocado o artigo do regimento.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou todos os presentes e disse que foram ali utilizados repetidamente power points, referindo o Senhor Presidente da Junta que este tipo de ferramenta deve ser utilizada para mostrar um quadro ou par complementar uma ideia, uma vez, que este é o órgão máximo de uma democracia. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que apresentam slogans com frases de gosto muito duvidoso, logo de imediato, fez um apelo para que o Senhor Presidente tenha uma conversa com a bancada do PSD, e até mesmo por questão de dignidade deste órgão, para que essa ferramenta seja utilizada para complementar uma ideia, mas que não venha aqui para fazer espetáculo ou outro tipo de situação, pelo que fica o protesto do Senhor Presidente da Junta.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que a mesa vai ressaltar essa questão.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que os Deputados do Partido Socialista abdicam das senhas de presença, da segunda parte da sessão de 11 de dezembro.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que abdicam das senhas de presença, da segunda parte da sessão de 11 de dezembro, uma vez que não é equilibrado se estar a reunir sucessivas vezes, quando se pode resolver os problemas numa só sessão quando acarretam custos para o erário público.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que faz suas as palavras do Senhor Deputado Rui Lages e do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, não deixando de referir que a mesa para as próximas Assembleia Municipais, deve ter um pouco mais de cuidado com a elaboração da ordem do dia, porque uma ordem do dia com 23 pontos é excessiva e longa.

i) – Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa à **“Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

1. Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:
 - a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
 - c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma



Assembleia Municipal de Caminha

financeiro de investimentos ou aquisições de bens e serviços por atraso no início, arranque ou no decurso da execução dos respetivos contratos;

d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

A Senhora Deputada Lilita Gonçalves, apresentou o seguinte requerimento:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha:

Na qualidade de Deputada Municipal da Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Caminha, solicito a V.Exa, a retirada da ordem de trabalhos, do ponto 3 - Alínea i) “Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal”, com os seguintes fundamentos:

- A informação interna n.º 29 - GPG (Gabinete de Planeamento e Gestão) para o Presidente da Câmara Municipal, submetida a despacho em 20/11/2015, refere-se ao art.º 120 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

- A aludida lei, foi revogada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho (Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei



Assembleia Municipal de Caminha

dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

- A fundamentação da Proposta apresentada, tem por base uma lei que foi revogada, não fazendo qualquer alusão à Lei em vigor para o efeito, desvirtuando assim, o ponto trazido para análise.

A Redação dada pelo diploma: Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho

Artigo 12.º - Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local

Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

A Redação dada pelo diploma: DL n.º 99/2015, de 02 de Junho

Artigo 12º - Compromissos plurianuais no âmbito do subsector local

1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuem-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.

Face ao exposto, os Deputados da Bancada do PSD, vem requerer que V.Exa., se digne retirar da Ordem de Trabalhos a alínea i) do ponto n.º 3 Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, por incumprimento da referida norma legal."

O **Senhor Presidente da Mesa**, pôs a votação o requerimento apresentado pela Senhora Deputada, o qual não foi admitido para discussão, com 9 votos a favor, 14 votos contra e 3 abstenções. Pelo que se passou à discussão do ponto da ordem de trabalhos.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, deu início à sua intervenção:



Assembleia Municipal de Caminha

"Na informação que sustenta este ponto da ordem de trabalhos, faz V.Exª alegação à Lei 127/2012 de 21 junho, pois a lei vinda de invocar, foi revogada pelo DL 99/2015, para o efeito, a interpretação põe em causa a eficácia jurídica dos atos a que se refere a aludida lei, visto que invoca normas revogadas.

Porque;

O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, diploma que procede à terceira alteração ao Decreto -Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de dezembro, e 66 -B/2012, de 31 de dezembro, vem estabelecer que "Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, "a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano", sendo que se "excetuem os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa".

Daqui decorre que;

As revisões do PPI e PA têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso (competência da AM por proposta da CM)

Neste caso passará sempre pela assembleia municipal, uma vez que, a inclusão de um novo projeto/ação ou a eliminação de um projeto/ação já aprovado, dada a componente estratégica municipal implícita, deverá sempre ser precedida de uma revisão orçamental.

A inclusão de um novo projeto/ação tem implícita a autorização de compromisso plurianual, a qual poderá acompanhar a proposta de revisão à assembleia municipal e ser autorizada por esta, ou, caso o valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a autorização da assunção do compromisso plurianual pode ser exarada pelo Presidente da Câmara, mas apenas se o mesmo tiver competência delegada nesta matéria, caso que, a não se verificar, passará



Assembleia Municipal de Caminha

sempre pela Assembleia Municipal independentemente do montante do compromisso plurianual.

O que está em causa é delegar no Presidente da Camara Municipal competência para assunção de encargos não excedam o limite de 20000 contos (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Quais as contrapartidas inerentes a esta autorização:

Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Certo é que, a esta Assembleia Municipal, desde há cerca de um ano, vem sendo negado a lista de compromissos assumidos e não pagos.

Esta autorização nada mais é que, uma carta em branco com plenos poderes, para autorizar ou deliberar sobre despesas até ao valor de 99.759,58€, não salvaguardando o disposto na lei em vigor, ou seja:

Se ocorrer uma reprogramação de um projeto ou ação (PPI ou PA) que não tenham implicações no montante global do compromisso plurianual, então esta reprogramação pode ser aprovada aquando da aprovação das GOP e do Orçamento Municipal (para os anos futuros), ou por via de uma alteração orçamental (caso ocorra no ano em curso).

Se a reprogramação implicar uma alteração do montante global da despesa, então a mesma deverá ser sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal ou do Presidente da Câmara Municipal, caso se enquadre no previsto no n.º 3, do artigo 6.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março.

Votamos contra porque a lei foi alterada.”

O Senhor Presidente da Câmara, prescindiui da palavra.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 17 votos a favor, 6 votos contra e 3 abstenções.

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, saudou todos os presentes e disse que alguns Deputados prescindiram da senha de presença, e o Senhor Deputado Rui Taxa também se manifestou, e como não se percebeu muito bem se seria só ele a prescindir da senha de presença, ou, se seria em nome da bancada do PSD, e como logo de seguida conferenciou com alguns Deputados do PSD, em que querem prescindir da senha de presença. Disse o Senhor Deputado José Luís de Lima que não são os Senhores Deputados do PS que vão decidir, e uma vez que há dinheiro para umas coisas também tem que haver para as senhas de presença.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que quando se manifestou, referiu que fazia dele as palavras do Senhor Deputado Rui Lages e do Senhor Deputado Celestino Ribeiro, ou seja, foi em seu nome pessoal.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, logo de imediato, disse que prescindia da senha de presença.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 18 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

j) – Alteração aos Artigos 6.º, 10.º e 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de setembro de dois mil e quinze, relativa à **“Alteração aos Artigos 6.º, 10.º e 11.º do Regulamento do Plano**



Assembleia Municipal de Caminha

Diretor Municipal de Caminha (PDM)", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as alterações ao Artigo 6.º, 10.º e 11.º do "Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)".

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao "**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do



Assembleia Municipal de Caminha

Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção:

“ Da análise de esta proposta em conjugação com as seguintes alíneas l, m, n, o e r, resulta claro que:

A Freguesia de Âncora vê aumentada a verba de transferência para transporte no montante de 3 mil euros, ótimo, nada a opor, congratulamo-nos com isso.

A União de Freguesias de Moledo e Cristelo vê aumentada a verba de transferência para transporte no montante de 3 mil euros, ótimo, nada a opor, congratulamo-nos com isso.

A Freguesia de Riba de Âncora vê aumentada a verba de transferência para transporte no montante de 4 mil euros, ótimo, nada a opor, congratulamo-nos com isso.

A Freguesia de Vilar de Mouros vê aumentada a verba de transferência para transporte no montante de 1 mil euros, ótimo, nada a opor, congratulamo-nos com isso.

Embora não sendo explicada a discrepância e desproporcionalidade em relação as outras freguesias, a União de Freguesias de Gondar e Orbacém vê aumentada a verba de transferência para transporte no montante de 18 mil euros, ótimo, nada a opor, congratulamo-nos com isso.

A Freguesia de Dem também vê reduzido o valor das suas transferências, vai receber menos, desceu-lhe o valor das transferências em 3 mil euros, não podemos, congratulamo-nos com isso. Mais, protestamos veementemente contra isto.

A União de Freguesias de Venade e Azevedo, aqui em discursão, embora mantenha o valor de transferências 10 mil euros o mesmo que em relação a 2013, vai receber menos, desceu-lhe o valor das transferências em 4 mil euros, estranho, não podemos, congratulamo-nos com isso. Mais, protestamos veementemente contra isto.



Assembleia Municipal de Caminha

A União de Freguesias das Argas, agora em discussão, vê reduzido o valor das suas transferências, vai receber menos, desceu-lhe o valor das transferências em 5.500 mil euros, estranho, não podemos, congratulamo-nos com isso. Mais, protestamos veementemente contra isto.

Senhor Presidente,

O Senhor persegue as freguesias eleitas pelo PSD;

O Senhor divide para reinar, e aumenta as transferências para as restantes freguesias à custa dos cortes das freguesias, cujo, o executivo foi eleito pelo PSD.

Pelo que se nota o Senhor discrimina as freguesias, as suas populações e os seus legítimos representantes em função das cores partidárias, numa logica de, ou estás comigo, ou, estas contra mim.

É claro que a bancada do PSD, irá votar contra nesta e em todas as outras propostas que discriminem freguesias em função de cores partidárias, corta meios e transferências que com isso prejudiquem os eleitos locais democraticamente e legitimamente eleitos e as populações que eles representam.”

A Senhora Deputada Fernanda Viana, deu início à sua intervenção:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Cumprimento na Pessoa do Senhor Presidente todos as pessoas aqui presentes, e as que nos seguem desde casa.

As áreas da Educação e da Ação Social são indissociáveis: complementam-se em projetos tão singulares como a subsídio dos livros escolares a crianças de famílias carenciadas, a garantia de transporte gratuito durante o ensino obrigatório, ou o reforço na ocupação de tempos livres fora do período letivo, mas também no apoio aos estudantes que frequentam o ensino superior.

No entanto, muitas leituras políticas tendem a querer dissocia-las, como se viu nas ações do último governo, que tanto desinvestiu na escola pública de qualidade, através da depauperação dos objetivos dos programas escolares, na falta de apoio ao ensino artístico e no brutal aumento de alunos por turma, que não só comprometem a qualidade de ensino, como retiraram muitos professores das



Assembleia Municipal de Caminha

escolas. O atual executivo da Câmara Municipal de Caminha, consciente da dura realidade dos últimos quatro anos, quis atenuar a mesma com o seu contributo. Assim, o Município de Caminha nunca investiu tanto em Educação e nas famílias como o fará neste ano de 2015!

Vejamos:

Entre 2010 e 2012, a média de investimento em Educação e Famílias no nosso concelho foi de 870 mil euros.

Em 2013, ano eleitoral, recorde-se, o Município investiu 1.088 milhões.

Já em 2015, o investimento total em educação e famílias atingirá o valor mais alto de sempre, 1.150.350,00 euros! Repito: 1.150.350,00 euros! Nunca, em tempo algum, se investiu tanto nestas áreas.

Convém, por isso, recordar uma política de reforço do nosso futuro, uma política que aposta na escola como alavanca máxima de desenvolvimento a médio e longo prazo, desenvolvimento esse local e pessoal. Sabemos que a Educação é a base de tudo. Sublinhe-se, por isso, o apoio que o Município dá na mobilização de dezenas de recursos humanos que estão nas escolas, cujo salário é suportado pela Câmara Municipal, na aquisição de livros escolares, na subsídio das refeições escolares, no apoio a pequenas obras que vão decorrendo por todas as escolas do agrupamento como foi o caso recente das obras na EB de Âncora ou os funcionários colocados à disposição da Escola Sidónio Pais em Caminha. Permito-me destacar aqui três pontos da atividade da Câmara: a obra feita em Venade de construção de um novo edifício que permitiu evitar que os meninos do jardim-de-infância de Venade tivessem que se deslocar para Moledo em virtude do encerramento da escola promovido pelo anterior governo; a política de alargamento dos ATL ao período de verão, nomeadamente de Agosto, que veio colmatar uma lacuna que os pais sentiam, e a grande aposta deste executivo no alargamento do transporte escolar a todos os meninos do nosso concelho que frequentam o ensino obrigatório. Reitero este ponto: em média, o Município gastava 260 mil euros em transporte escolar, hoje o investimento nesta área é de 350 mil euros ano.



Assembleia Municipal de Caminha

Todo este esforço tem de contar com o reforço positivo da comunidade escolar e educativa; tem sido por isso fundamental a mobilização dos pais, dos professores, de auxiliares e dos próprios estudantes, dinâmica essa com que continuaremos a contar no futuro.

Uma última nota para dar as boas vindas ao Vereador Rui Fernandes, companheiro de profissão, com quem tantas vezes me cruzei ao longo da minha carreira no concelho de Caminha. Desse percurso conjunto ficou-me a impressão, que mantenho nestes primeiros tempos de executivo: podemos contar com um grande profissional, que se interessa, que se envolve afirmativamente, que tem um profundo conhecimento dos problemas sociais e educativos do Concelho de Caminha, e que estou certa tudo fará para que o projeto educativo e social deste executivo continue no melhor caminho.

Finalmente, deixo os meus votos de Boas Festas e de um Ano de 2016 cheio de Saúde, Paz e Prosperidade para todas as pessoas presentes."

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou todos os presentes e disse que tem que refutar esta acusação, trata-se de uma acusação infundada de que a Câmara Municipal tece alguma distinção entre aquelas Juntas de Freguesia que são do PS, Independentes, do PSD ou da CDU, não o faz, faz de igual maneira, e às vezes até, com alguma atenção em especial aquelas que são oposição, pelo que, quer refutar isso, por muito que se tenha feito isso durante 12 anos, agora não se faz. Disse o Senhor Presidente que vai deixar isso claro em relação aos três exemplos que ali foram apresentados, e para Venade e Azevedo, foram mantidos os mesmos valores de apoio em relação ao ano anterior. Disse ainda o Senhor Presidente que os cálculos feitos para atingir estes valores, são elaborados por funcionários da Câmara habilitados e preparados e em quem confia para poderem apresentar estes cálculos seja para Juntas dos PS ou do PSD, neste caso em particular até foi o funcionário Paulo Marinho, que é um funcionário que está qualificada para essa matéria e que muito provavelmente não fará esse tipo de distinção. Quanto as Argas disse o Senhor Presidente que diminui o valor porque deixaram de prestar



Assembleia Municipal de Caminha

um serviço em relação aos anos anteriores; quanto a Dem disse o Senhor Presidente que se trata de uma questão um pouco melindrosa, porque, se está a falar de uma funcionaria da Câmara Municipal que recebia uma compensação através da junta, em cima do valor que recebia para fazer este serviço, por isso, trata-se de uma matéria um pouco complexa, e nada mais acrescenta para que não haja problemas para a junta nem para os seus representantes. Por fim disse o Senhor Presidente que mais uma vez o executivo está de forma transparente a apresentar os valores que reforçam o investimento da Câmara nesta área.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 6 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

Votamos conta;

Porque esta proposta representa redução do apoio às famílias numa área tão prioritária, como é o apoio aos transportes e educação.

Votamos conta;

Porque ela não respeita os princípios fundamentais da democracia e do estado de direito e descrimina negativamente cidadãos e munícipes do mesmo Concelho.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez a seguinte declaração de voto:

Votou a favor desta proposta,

Porque a considera imprescindível e fundamental para o desenvolvimento do nosso Concelho, sobretudo na parte escolar;

Votou a favor desta proposta,

Porque a Junta de Freguesia de Dem também votou a favor da mesma.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

I) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

m) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

n) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

o) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares”**,



Assembleia Municipal de Caminha

conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

p) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de



Assembleia Municipal de Caminha

delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 6 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

Votamos conta;

Porque esta proposta representa uma redução para a União de Freguesia de Venade e Azevedo de menos 4 mil euros;

Votamos conta;

Porque esta proposta representa uma redução do apoio às famílias numa área tão prioritária, como é o apoio aos transportes e educação;

Votamos conta;

Porque ela discrimina negativamente, cujos eleitos locais foram eleitos pelo PSD.

Votamos conta;

Porque ela não respeita os princípios fundamentais da democracia e do estado de direito e discrimina negativamente cidadãos e munícipes do mesmo Concelho.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

q) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João)- Transportes



Assembleia Municipal de Caminha

Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João) - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João), relativo a Transportes Escolares.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 6 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

Votamos conta;

Porque esta proposta representa uma redução do apoio às famílias numa área tão prioritária, como é o apoio aos transportes e educação;

Votamos conta;

Porque ela não respeita os princípios fundamentais da democracia e do estado de direito e descrimina negativamente cidadãos e munícipes do mesmo Concelho.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na



Assembleia Municipal de Caminha

presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

r) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

s) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e



Assembleia Municipal de Caminha

Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

t) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e



Assembleia Municipal de Caminha

Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

u) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1



Assembleia Municipal de Caminha

de Dem

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

v) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico-



Assembleia Municipal de Caminha

Jardim de Infância de Dem

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção:

“Senhor Presidente,

No essencial a esta proposta não merecia reparo porque traduz apoios que já eram anteriormente concedidos, porém e analisados os valores nela inscritos verificamos que são enganosos e induzem em erro, pois não traduzem o verdadeiro aumento que o Senhor Presidente quer fazer crer e vincular através da sua informação.

De facto, e como já anteriormente demonstramos a propósito da discursão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, o Senhor Presidente não investe o dinheiro dos nossos impostos para investir e muito menos aumentar na educação.

O Senhor Presidente finge que aumenta o investimento na educação, porque diz que aumenta o investimento na educação, mas usa o dinheiro dos pais, põs o



Assembleia Municipal de Caminha

dinheiro a passear, pôs os pais a pagar, transformou o Município em tesoureiro das escolas, guarda dinheiro que não é seu.

Apoiar o 1.º Ciclo e a compra dos manuais escolares, nós já apoiávamos, mas ter o atrevimento de fazer propaganda política à conta do dinheiro dos pais e ainda obrigá-los a deslocarem-se à Câmara Municipal para fazer os respetivos pagamentos, isso sem dúvida o PSD nunca o fez, nem faria.

Na verdade, e no que concerne à política social nada traz de novo.

Na verdade:

Apoiar o Pré-Escolar, nós já apoiávamos.

Apoiar a refeições e transportes escolares, nós já apoiávamos.

Apoiar o 1.º Ciclo e a compra dos manuais escolares, nós já apoiávamos.

Ter o atrevimento de fazer propaganda política à conta do dinheiro dos pais e ainda obrigá-los a deslocarem-se à Câmara Municipal para fazer pagamentos, isso sem dúvida o PSD nunca o fez, nem faria.

Porque, e só porque mantem os apoios que o executivo do PSD já atribuía e feito que está o esclarecimento público do aproveitamento político, feito por V.Exa., a bancada do PSD, irá nestes pontos abster-se.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

w) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

à Família

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

x) – Rede de Saneamento de Vilar de Mouros - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e quinze, relativa à **“Rede de Saneamento de Vilar de Mouros - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a “Aprovação Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento da Rede Saneamento de Vilar de Mouros.

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção:

“Sr. Presidente

Lamentamos o tempo decorrido e, que apesar de terem sido realizadas muitas outras assembleias municipais (Fevereiro, Abril, Junho e Setembro), apenas nesta Assembleia submetam à aprovação as alíneas x) e y), do ponto 3, do período da ordem do dia, quase passado um ano com estas propostas na gaveta! Congratulamo-nos pelo fato de a nossa intervenção ter evitado a prática de ilegalidades, permitido que os serviços camarários adotassem as diligências necessárias e as corrigissem. Os deputados do PSD alertam e atuam sempre de modo a que não ocorram violações legais. Estes casos foram corrigidos e sanados, lamentamos que muitos outros não o sejam, nomeadamente como assuntos relacionados com as contas, orçamento, empréstimo a curto prazo, entre outros... O voto dos deputados do PSD para as alíneas x) e y) é a favor.”



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

y) – Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e quinze, relativa à **“Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a **“Aprovação Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento da Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela.**



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

z) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua da Antiga Escola, Av.ª Dr. Dantas Carneiro e nas Estradas de Acesso ao Cemitério Paroquial de Moledo na União de Freguesias de Moledo/Cristelo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de outubro de dois mil e quinze, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua da Antiga Escola, Av.ª Dr. Dantas Carneiro e nas Estradas de Acesso ao Cemitério Paroquial de Moledo na União de Freguesias de Moledo/Cristelo”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua da Antiga Escola, Av.ª Dr. Dantas Carneiro e nas Estradas de Acesso ao Cemitério Paroquial de Moledo na União de Freguesias de Moledo/Cristelo”**.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que se inscreveu neste ponto apenas para agradecer o livro que o executivo distribuiu e para desejar a todos um feliz Natal e Próspero Ano Novo.

O **Senhor Presidente da Mesa**, fez suas as palavras do Senhor Deputado Rui Taxa.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 22H40M, do dia 12 de dezembro de 2015, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)